

Condição apela para esclarecer

1983/84 - 10 de dezembro de 1984 - 760

G.I.S. anteprojeção novo pacto?

MEMBROS DO COMISSÃO DE ECONOMIA DO CONGRESSO NACIONAL...

Conselho de Ministros informação e ensaio em destaque

OS DEBATES DO CONSELHO DE MINISTROS REALIZADOS HOJE...

OS DEBATES DO CONSELHO DE MINISTROS REALIZADOS HOJE...

Constituinte "empata" tempo

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

Sanches Osório demite-se de secretário-geral do PDC

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

Constituintes alega "inconstitucionalidade"

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

Vitor Crespo esclarece o embustoso da Indonésia

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

Expresso

DIÁRIO FRANCISCO PINTO BALBUENA - 10 DE DEZEMBRO DE 1984 - 760

Remodelação do Governo provoca nova crise

MEMBROS DO CONSELHO DE MINISTROS REALIZADOS HOJE...

MEMBROS DO CONSELHO DE MINISTROS REALIZADOS HOJE...

o computador - Programa em marcha para a reestruturação dos "páras"

Secretários-gerais do PS e do PFD lutam ao EXPRESSO:

Sá Carneiro: "dispensado as advertências de Mário Soares"

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

M. Soares: "a posição de Sá Carneiro é moralista mas não política"

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

PCP - "Não há outro destino" - "Instituição de 1976"

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

PS - "Oposição"

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

PFD - "Oposição"

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

Governo ou PCP - "Funcional?"

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

40 anos após a morte de Fernando Pessoa

Sindicatos de oposição propõem regresso à Inter

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

OMEGA - Serviço Eletrônico OMEGA - Cronômetro OMEGA Eletrônico 300

MCS propõe atribuição de jornais a partidos

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

OS DEBATES DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADOS HOJE...

Cunhal apela para esclarecer

REALIZA-SE amanhã, dia 7, no Campo Pequeno, uma reunião do P.C.P., convocada sobre o tema "APELO — grande comitê de esclarecimento."

Estará presente Alvaro Cunhal, e "neste comitê-o PCP dedicará a sua posição face aos acontecimentos de 25 de Novembro e suas causas".

G.I.S. anteprojecta novo pacto?

SEGUNDA festa bem informada, têm-se multiplicado reuniões de elementos do G.I.S. (Grupo de Intervenção Socialista — ex-MES), que estaria a elaborar um anteprojecto do documento que substituirá o pacto M.F.A. — Partidos.

Como relator consta o nome de Luís Filipe Castro Mendes, adjunto do ministro Melo Antunes.

Conselho de Ministros informação e ensino em destaque

ENTRE AS PRINCIPAIS decisões tomadas ontem em Conselho de Ministros, destaca-se a que determina uma intervenção formal do Estado nas empresas proprietárias de jorrais em cujo capital participa em mais de 20% e cujas quotas são por mais de 50% do valor do respectivo activo, líquida das amortizações e existindo quotas de ordem. Por outro lado, o Conselho de Ministros reservou-se para designar, na próxima reunião, os membros ainda não nomeados ou confirmados da administração das jorrais. Aquela decisão do CM vem responder às objecções levantadas, nomeadamente por parte da Financieira Gráfica, empresa proprietária do "Diário de Lisboa", que considerava não poder ser abrangida pelas medidas recentemente tomadas em relação aos direitos de informação estatutários.

Outra decisão significativa é a que se refere à criação do Instituto Universitário dos Açores, tendo por fim promover naquele arquipélago o ensino de nível superior. Entretanto, outro — projecto de decreto-lei do MEC cria o Instituto de Ciências Biomédicas de Lisboa, que se destinará à institucionalização da experiência já colhida no domínio das carreiras para-médicas. Um despacho do MEC concede su honras do cargo a título vitalício ao Prof. Ray Luís Gomes, reitor da Universidade do Porto, por ocasião do seu jubileu.

Pela parte do Ministério da Agricultura e Pescas, foi revista a regulamentação do regime dos baldios e a sua administração pelas populações. Um projecto de decreto-lei do mesmo ministério facilita aos emigrantes retornados das ex-colónias ou de outros países a tomada de posse e exploração dos terrenos de que sejam proprietários, em determinadas condições que evitem prejuízos para os rendeiros.

No campo das medidas de carácter social, foram aumentadas as pensões do pessoal reformado da CP e as pensões de aposentação dos funcionários dos CTT.

Finalmente, no domínio das nomeações contam-se a do dr. Abel António dos Reis para Administrador do Banco de Portugal e as de comissões administrativas para empresas nacionalizadas, nomeadamente o Metropolitano de Lisboa, a Sotomar, a Sofomar e Portuguesa de Transportes Marítimos, e Transtejo.

Constituinte "empata" tempo

DENTRO do objectivo de «empatar» tempo, para permitir que a 1.ª Comissão complete o texto referente aos Tribunais, a Assembleia Constituinte teve ontem uma monótona sessão. Sessão, aliás, que terminaria inopinadamente (ou seria por tática do PS?), quando, pelas 17.30 h., o Vice-Presidente Vasco da Gama Fernandes apurou que já não havia «quorum».

O episódio mais animado da curta tarde constituinte foi o discurso do deputado Emílio Guerreiro, antigo secretário-geral substituto do PPD, no período da ordem do dia.

Discorreu sobre o Pácio MFA-Partidos, a posição do PCP, e sobretudo «leitura» do pensamento de Marx, alisando-se do tema em debate na ordem do dia.

A intervenção do deputado do PPD revelou-se mais preocupada com o efeito dentro do partido, do que com os efeitos externos. Isto mesmo foi declarado por um deputado socialista, que disse que o orador estava a confundir a Assembleia de S. Bento com o Congresso de Avizim. Foi, aliás, patente a divisão da bancada PPD a cerca de uma oração, que suscitaria perguntas críticas de quase todos os grupos parlamentares presentes (Vital Moreira do PCP, Artur Cortês do PS e Basílio Horta do CDS).

Sanches Osório demite-se de secretário-geral do PDC

O PDC, Partido da Democracia Cristã, de quem pouco se ouvia falar nos últimos tempos, vai voltar à actividade, reunindo-se em Congresso ainda este mês.

Sanches Osório, que exercia o cargo de secretário-geral, escreveu do estrangeiro uma carta, apresentando o seu pedido de demissão, e o Congresso elegerá o seu sucessor. O nome de que mais se fala é o do Silva Resende, advogado, até há pouco ligado ao jornal «A Bola».

Outro dos problemas que o PDC terá de enfrentar é o da sua provável mudança de nome, visto que a Constituinte aprovou um preceito a inserir na Constituição, que proíbe a utilização, na designação dos partidos, de palavras que evocuem confissões religiosas.

Contreiras alega "inconstitucionalidade"

NO MOMENTO da sua detenção, o capitão-tenente Almada Contreiras invocou a eventual inconstitucionalidade do decreto-lei recentemente publicado, que veio permitir a diáspora de alguns dos requeiros formais das detenções. A prisão foi efectuada na noite de 4.ª para 5.ª feira passadas, na sua residência de S. Pedro do Estoril.

Não foi, então, atendido o protesto do principal responsável pelo S.C.D.L., contra o qual se erguem acusações graves de participação no golpe de 25 de Novembro.

Vitor Crespo esclarece o embaixador da Indonésia

«EM CONFORMIDADE com as linhas gerais do processo de descolonização empreendido, continas Portugal a efectuar diligências no sentido de encontrar uma solução pacífica e negociada para a presente crise em Timor, esperando para o efeito inequívoco empenho do Governo Indonésio, de acordo com o estabelecimento nas conversações de Roma».

Este um dos esclarecimentos prestados pelo ministro Vitor Crespo ao Embaixador da Indonésia, em Lisboa, Ben Mang Rang Say, segundo o teor de uma nota oficiosa proveniente do Ministério da Cooperação.

Vitor Crespo reafirmou a posição de Portugal, conforme foi publicamente definida no comunicado da Presidência da República de 29 de Novembro. Foi reconfirmado que Portugal não pode aceitar afirmações de independência, nem de integração em terceiros estados, «que não observem o princípio fundamental do respeito pelas formas escolhidas pelos povos para o exercício do seu direito à auto-determinação, com todas as consequências, incluindo a independência».

Remodelação do Governo provoca nova crise

A REMODELAÇÃO do Governo e o futuro do Pacto MFA—Partidos são, de momento, as duas questões fundamentais da vida política portuguesa (ver análise de Marcelo Rebelo de Sousa, pág.2).

PS e PPD, depois de actuarem em relativo silêncio até ao 25 de Novembro, defendendo o VI Governo Provisório, atacam-se agora, a propósito da composição futura do Governo. O PS quer que o PC fique (bem como o PPD), embora pondo certas condições (repúdio do 25 de Novembro e bom comportamento democrático no futuro, traduzido num apoio ao Governo, além de certas alterações na estrutura governamental (aínda do secretário de Estado da Agricultura, António Bica, e substituição do departamento da Habitação, actualmente dependente do ministro do Equipamento Social e Ambiente, eng. Velos de Oliveira, do PCP), em troca das quais está disposto a considerar compromissos não específicos nos departamentos.

O PPD, entretanto, através do secretário-geral, Francisco Sá Carneiro, tem feito questão de exigir a exclusão do PCP do Governo e o afastamento de lugares de relevo do aparelho administrativo de elementos do PCP, que seriam, são colocados à margem de critérios de representatividade da base.

Momento particularmente "quente" de choques de posições terá sido o do encontro de ontem, ao fim da manhã, entre o Primeiro-Ministro, e os secretários-gerais do PS e do PPD.

Al. Sá Carneiro, teria exposto a sua convicção de que, tendo terminado — e não participado — com a Confederação de Indústria o período de "detumescer", brevemente se entraria numa fase de "guerra fria", análoga aos anos 50. A estratégia do PCP enquadrar-se-ia nesta nova fase.

Mário Soares recordaria — ao nível — a opinião de dirigentes políticos europeus ocidentais, como Willy Brandt, que teria proposto ao próprio Sá Carneiro — durante a última visita "à Vila" — a Alemanha uma atitude firme, mas não rígida, em relação à continuação do PCP no Governo.

Francisco Sá Carneiro declarou, então, ter ouvido o Grupo Parlamentar do Partido, que tinha apoiado a sua posição, mas acrescentou que colocaria o problema ao Congresso Extraordinário para que este se pronunciasse. Anteriormente à reunião em questão, o Grupo Parlamentar do PPD, apoiou novamente a questão do Governo Provisório, passando inclinar-se para uma posição menos rígida, mas, pela ausência de quórum, não tomou uma deliberação formal. O mesmo, aliás sucedeu com o

Comitê Político do Partido, que uma vez mais não teve quórum. Já na quarta-feira o não tivera para deliberar.

Esquecendo isto, a convicção dos dirigentes do PS era a de que o PCP aceitasse as condições do PS, designadamente repudiando os acontecimentos de 25 de Novembro.

A conversa entre o Primeiro Ministro e os dois secretários-gerais seria marcada por grande vivacidade, chegando à ser mencionados episódios recentes de tensão entre os partidos, como o de Viana (por altura de uma manifestação de apoio ao VI Governo Provisório).

A posição do almirante Pinheiro de Azevedo, ao que se reporta a presença do PCP no Governo, teria sido, segundo fontes fidedignas, igual à do Presidente Costa Gomes.

É também de referir que esta mesma conversa tida anteriormente com Francisco Sá Carneiro, chegara a dizer-lhe que, a manter a sua posição intransigente o Interim-geral do PPD arriscava a ver a sua posição posta em causa dentro do Partido. Contudo, na conversa a que com Sá Carneiro, Pinheiro de Azevedo ter-se-ia mostrado mais aberto e compreensivo.

A preocupação dos membros do Conselho da Revolução relativamente ao impasse verificado é, neste momento, grande. Poderiam

mesmo o CR pensar em enviar um destacado membro do MF/ contactar com Francisco Sá Carneiro, no Porto. Este encontro a verificar-se, constituiria uma oportunidade para uma troca ampla de impressões acerca de ponto em análise.

PACTO EM REVISÃO

Entretanto, o Conselho da Revolução aprovar, na sua reunião de 4.ª feira, o problema da revisão do Pacto MFA-Partidos políticos que tem suscitado o debate na Assembleia Constituinte, debar marcado por um consenso maioritário favorável à revisão.

Segundo informes do Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo a Mário Soares e Sá Carneiro, se conversa conjunta de antanho, o Conselho da Revolução teria manifestado e orientado de tomar a iniciativa de rever o Pacto, o que coincidiria com a elaboração de um segundo Programa do MFA, com base no programa do Governo Fabião, não concretizado por recusa desta, à última hora. Um dos principais autores deste programa fora João Antunes.

Uma das partes essenciais do documento poderia ser a "Carta das Bordadeiras", visando garantir a vinculação dos partidos políticos, em particular o PCP, ao respeito dos direitos e liberdades essenciais.

Sá Carneiro: não ao PCP

(Continuação da pág. 1)

complicação para o Partido, mas não é suficientemente forte para aguentar o esgar na oposição.

1 PPD só no poder

E — Há hipóteses de o PPD ficar a gerir os assuntos os mesmos comunistas e independentes? Acha-o viável?

S.C. — Acho-a realizável pela nossa parte, mas não me parece ser viável neste momento.

2 Sá carneiro e Mário Soares

E — Na sua conferência de imprensa de ontem, Mário Soares disse, a dada altura: "Advertimos os nossos amigos do PPD que não se devem deixar ser presos de um anti-comunismo retrógrado, não se devem deixar embarracar num triunfalismo que os leve a um alinhamento com a extrema-direita militar, o que criaria grandes dificuldades ao nosso país". Agradece um comentário.

S.C. — Dispense as adveniências do secretário-geral do PS. Elas nem sequer atingem o Sr. QUARTO AO TRIUNFALISMO e AO ANTI-COMUNISMO, eu sei-o, porque as mesmas coisas, ditas pelo Sr. Mário Soares ou por mim, não parecem, defesas da democracia e, quando na minha boca, qualificações de triunfalismo e de anti-comunismo.

Também não esqueço que o Sr. Mário Soares, logo a seguir às eleições do 25 de Abril, afirmou que a esquerda portuguesa tinha ganho porque o PS e o PCP tinham mais de 50% dos votos.

3 Como rever o Pacto?

E — Tem dito, quanto ao futuro do Pacto-MFA—Partidos, que seria

o Congresso de Arêdes a decidir a posição do PPD, mas, de actitudes suas,路透社, parece que o que mais lhe interessa seria que o Pacto fosse completamente abolido. Seria assim?

S.C. — Entendo que há boas probabilidades de as Forças Armadas e o Conselho da Revolução, por sua iniciativa, deliberarem a revisão do Pacto e essa parece-me ser a melhor solução... E — Mas revê-lo não significa abolição...

S.C. — ...Revisão, no sentido de renegociação das condições entre as Forças Armadas e os Partidos políticos sobre o papel das Forças Armadas na democracia portuguesa.

E — Tentando concretizar: Como vê o papel futuro do Conselho da Revolução se de algum modo?

S.C. — Entendo que deveria ser o garante da independência nacional, da soberania nacional,

da democracia e do comportamento democrático de todas as organizações e de todas as pessoas, bem como o garante do cumprimento integral da Constituição.

E — Mas possível, não?

S.C. — Garantir através de uma vigilância que não se traduziria num poder jurisdiccional, mas sim numa acção directa do Conselho da Revolução, dos Partidos e das várias entidades e numa presença consultiva junto do Presidente da República e ainda numa iniciativa judicial, podendo intentar ou impedir quaisquer procedimentos, no sentido de garantir a democracia e a observância da Constituição.

E — Uma acção, mais de fiscalização e não legislativa nem executiva?

S.C. — Exactamente. Nem acção legislativa, nem uma acção de controlo do poder político, ou sequer de uso do poder político, é viável.

M. Soares: "a posição de Sá Carneiro é moralista mas não política"

1 PCP — dentro ou fora

EX-RESSO — As condições do PCP para aceitar a permanência do PS no VI Governo eram o repúdio do 12 de Novembro e a promessa de um compromisso democrático. Visto que insiste pela continuação de um Governo PS-PPD-PCP, en-



rende que essas condições já foram preenchidas?

MÁRIO SOARES — Eu insisto, como venho fazendo há dois meses, pela continuidade do VI Governo sob a presidência do almirante Pinheiro de Azevedo. Penso que se deve manter um governo tri-partido, no pressuposto de que o PC preencha as condições que coloquei e que considero essenciais: o repúdio do ocorrido em 25 e 26 de Novembro e o compromisso público e solene de respeito às regras da democracia, o que implica não sabotar um Governo no qual ele participa.

EXP. — Quando, em sua opinião, se poderá verificar se essas condições foram ou não preenchidas?

M.S. — O Primeiro Ministro está a conversar com os secretários-gerais dos partidos e deve ter garantias por parte deles. É no modo como vemos negociar a saída da crise que devemos ter uma indicação segura acerca da qual e a nova disposição do PCP.

Por outro lado há que ver se o PCP repudia ou não publicamente o golpe. Até agora, ele diz que não participou, mas recusa-se a aceitar que existiu um golpe e, engando a credência de um epuicho militar, está a fugir ao problema e a não querer fazer o repúdio.

2 Governo com PCP — funcional?

EXP. — Da experiência que o PS já tem de Governos tri-partidos, PS-PPD-PCP, sob quaisquer das fórmulas até agora já utilizadas, acha que esse tipo de governo é funcional ou não? Acha que é o

Governo que interessa ao país?

M.S. — Neste momento é o que interessa ao país, sendo não o propriamente. Melhor, neste momento, num «ghetto» o Partido Comunista, desencadear uma campanha anti-comunista e dar ao PC o pretexto para atacar o Governo e provocar de novo uma vaga de conflitos sociais — quando precisarmos de paz, trabalho e tranquilidade, para podermos resolver os graves problemas económicos que nos afligem — é precipitar o país em nova crise. Esse pretexto não deve ser dado ao Partido Comunista até às eleições e, por isso, entendendo, em termos de interesse nacional, que se impõe a continuidade da experiência do VI Governo.

O PS não quer um governo de dois partidos, nem agrariado ao PC, o que é impensável, nem agrariado ao PPD, o que é igualmente impensável, de acordo com o sentimento das nossas bases. Não interessa entrar em polémicas com o PPD, mas as bases do PS, sobretudo nas regiões operárias, na cintura industrial de Lisboa, no Alentejo, etc., não aceitariam um Governo PS-PPD e seriam sensíveis às críticas que a esse Governo faria o PCP, chamando-lhe, como iria chamar, um Governo de centro-direita ou mesmo eventualmente de direita.

Sendo assim, a alternativa que subsiste e que nós não desejamos é a de se ir para um Governo PS-independentes-militares.

3 PS e oposição

EXP. — Há quem diga que o PS está a levantar problemas quanto ao Governo, porque, no fundo, deseja ir para a oposição, e que seria muito mais cómoda...

M.S. — Não somos nós que criamos os problemas. Somos, vítimas dos problemas que os outros levantam. O PS é fiel à luta que vem travando em defesa do VI Governo, e à fórmula do almirante Pinheiro de Azevedo e do Presidente da República.

4 PS só no poder

EXP. — E o PS seria capaz de governar sem o PPD e sem o PC?

M.S. — Não gostaríamos de estar nesta posição, sim porque ela, no plano eleitoral, é grave. A 4 ou 5 meses de eleições, com a necessidade de iniciar uma política de austeridade, não é cómodo assumir tal responsabilidade. Isso, certamente, é o que deseja o PPD e, porventura, o PCP.

Estamos, porém, dispostos a correr esse risco, se não houver outra solução, porque sobrepomos o interesse nacional ao interesse partidário.

(Continua pág. 12)

M. Soares: sim (mas) ao PCP

(Continuação da pág. 1)

5 Mário Soares e Sá Carneiro

EXP. — Agradeço um comentário seu a uma frase de uma entrevista de Sá Carneiro, publicada em «O JORNAL» de ontem: «Registamos com alguma surpresa a posição do Partido Socialista, de procurar manter uma forma de Governo tripartido. Isto apesar das condições postas pelo dr. Mário Soares ao sr. presidente da República. De que servirá o repúdio do PC, em relação ao golpe do passado dia 25? De que servirá o PC declarar-se disposto a participar no Governo sem ter duas políticas, uma fora e outra dentro do Governo? Quem acredita ainda nas declarações e garantias do Partido Comunista?»

M. S. — A posição do dr. Sá Carneiro, é a meu ver, uma posição moralista e sem uma lógica. Mas está longe de ser uma posição política realista e, em política, há que ser realista.

O Partido Comunista é uma força neste país que não deve ser subestimada, nem deve ser posta em tal posição que reforce a chamada linha dura e aventureirista. Há 700 000 trabalhadores que votam comunista e, da mesma maneira que, nos piores momentos, eu e o PS nos recusámos a aceitar que o PPD fosse marginalizado e afastado, com o argumento, que continua a ser válido, de que houve um milhão e meio de portugueses

que nele votaram, também agora dizemos que é contraproducente querer meter num «ghetto» o PC, levando-o ao endurecimento da sua posição e ao reforço de uma aliança «contra-natural» PCP-Extrema Esquerda.

6 Como rever o pacto?

EXP. — Na sua conferência de 5.ª feira, disse, acerca do Pacto (MFA-Partidos, que o PS honoraria os compromissos tomados, mas que prometia, por parte de certos sectores militares, o decaio de alterar o Pacto. Se o PS pedisse, por livre decisão unilateral, tomar uma atitude sobre esta matéria, que atitude concreta tomaria?

M. S. — O Pacto, como se sabe, nasceu de um compromisso, de uma situação em que a democracia estava em grande risco. Foi aceite pelas forças políticas, nomeadamente pelo PS, para garantir a existência das eleições. — O contexto actual é diferente.

Há uma corrente profunda dentro das Forças Armadas que quer a institucionalização da democracia, o mais rapidamente possível. O PS pensa do mesmo modo, visto que entende que a transição para o socialismo se faz dentro do quadro institucional de uma democracia. Uma democracia plena implica a não existência de pactos, visto que o Pacto é uma condicionante do poder militar à soberania popular.

EXP. — E qual seria o papel dos militares, numa fase de transição até à plena institucionalização da democracia?

M. S. — O papel dos militares é o que sempre temos preconizado, desde o 25 de Abril, embora se tenham verificado dois devios importantes, um de direita, o apolítico, outro de esquerda, o golpista: serem os garantias da democracia.

EXP. — Mas garantias da democracia em que termos concretos?

M. S. — Respeitando e fazendo cumprir o sufrágio popular. Apesar de ter havido devios, verificou-se, até agora, que foi o MFA que garantiu a realização das eleições e, no momento em que houve uma tentativa de subversão da democracia para a criação de uma ditadura minoritária, de tipo comunista, foram ainda as forças militares que garantiram, com o apoio dos partidos democráticos e do povo português em geral, o prosseguimento de uma linha que visa a manutenção do pluralismo e que tem no seu horizonte as eleições: para a Assembleia Legislativa, para as autarquias locais, para os Sindicatos e para o Presidente da República, positivamente por sufrágio directo.

EXP. — Gostaria que fosse mais concreta. Por exemplo: como vê o futuro do Conselho da Revolução até se chegar à democracia plena?

M. S. — O PS, no seu Congresso, aprovou uma moção, segundo a qual o Conselho da Revolução ou um órgão militar desse tipo, poderia funcionar, precisamente, como um garante da democraticidade e das liberdades públicas...

EXP. — ...Portanto, com funções fiscalizadoras e não legislativas nem executivas?

M. S. — Sim, com funções fiscalizadoras. E, sobretudo, não legislativas.

Nacional

Encontro antifascista exige libertação de "heróis populares"

POUCOS DIAS passados após o golpe de 25 de Novembro, teve lugar na 4.ª feira, em Coimbra, o primeiro Encontro Nacional Anti-fascista, promovido pelo Conselho para a Paz e Cooperação, Inter-sindical, MUTI (Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais), Movimento Democrático das Mulheres, e Secretariado das Comissões de Trabalhadores da cintura industrial de Lisboa.

Na declaração de abertura deste encontro era especificamente referido, e ao mesmo tempo contestadas, «as larguíssimas farras de prítelos e castanhas de alustamentos, das suas responsabilidades civis e militares, de heróis populares e nacionais de 24 e 25 de Abril, que passaram subitamente a ser considerados contra-revolucionários». Depois de lida declaração de abertura usaram da palavra os diversos membros componentes das organizações acima referidas.

«O perigo da reacção e o possível regresso ao fascismo» foram o traço comum de todas as intervenções, que insistiram sempre na necessidade do reforço da vigilância popular.

Por outro lado, depois das organizações promotoras do encontro terem guardado um minuto de silêncio em memória do aspirante do Regimento de Polícia Militar e do militante sindicalista assassinado a tiro no Porto, foi enviado um documento ao Presidente da República em que se denunciavam as péssimas condições prisionais dos militares detidos em Caxobias.

A encerrar o encontro foi elaborada uma moção, na qual se exige a libertação imediata dos militares presos pelos acontecimentos de 25 de Novembro e sua respectiva recondição nos postos que anteriormente ocuparam.

Documentos da PIDE-DGS saem pela janela

O FURTO de dois dossiers e de importante documentação pertencente à Comissão de Extinção da ex-PIDE-DGS foi observado na 5.ª feira com espanto por dois elementos do Sindicato dos Jornalistas.

Segundo esses elementos, o furto ter-se-ia processado por meio de um cordel, de uma das janelas do terceiro andar do edifício onde funciona a referida comissão. Embora os indivíduos participantes no roubo tivessem rapidamente desaparecido, um deles, acabou por vir a ser reconhecido por um dos funcionários daquele sindicato, quando pretendia sair do edifício envolvido por um grande grupo de protecção.

Neste momento, a QNR procede a investigações sobre o caso. Entretanto foi nomeado para o cargo de director da Comissão de Extinção da ex-Pide-DGS, o general Ribeiro Para.

Mário Soares ataca o PPD

DOIS DIAS antes do congresso do PPD, Mário Soares muda de tónica e ataca o partido de Sá Carneiro. Esta foi a tónica dominante da conferência de Imprensa do PS realizada na passada 3.ª feira e na qual o secretário-geral deste partido fez claramente o ponto da situação, segundo o próprio do seu partido, ao afirmar: "não a um governo PS/PPD; não a um governo PS/PCP; sim ao VI Governo reajustado".

Efectivamente, Mário Soares, durante a conferência de Imprensa, verboso não só o anticomunismo do PPD, ao considerá-lo retrogrado e de direita, como também não poupou o PCP, ao insistir no envolvimento deste partido na intenção de 25 de Novembro, que empurrou "o país até à fronteira da guerra civil". No entanto, o violento ataque de Mário Soares, ao PPD acima de tudo em que este partido prepara o seu Congresso Extraordinário, fez-se notar, quando o secretário-geral do PS afirmou que "o PPD pretende com o desmantelamento de certas camadas da população passar para o oposição e fim de coligar vantagens na corrida para os próximos legislativos".

Referindo-se ainda ao PPD, Mário Soares comparou as actuais atitudes dos dirigentes daquele Partido com posições assumidas, na altura, pelo general Spínola, que no momento errado tentou forçar a constituição e o seu derrotaço. Assim, segundo Mário Soares, "o PPD não estaria a ter um conta se porque que a democracia ainda corre em Portugal".

Álvaro Cunhal: "não houve golpe"

ALGUNS DOS IMPLICADOS no 25 de Novembro "têmham consultado com o PCP e não são seus aliados" — afirmou ontem o secretário-geral deste partido — Álvaro Cunhal, aos órgãos de informação, depois de ter sido recebido democraticamente pelo primeiro ministro, almirante Pinheiro de Azevedo. Interrogado sobre a posição do PCP face aos últimos acontecimentos, o secretário-geral do PCP disse que "a direita acusa o PCP de estar implicado e a esquerda acusa-o de não ter estado".

Álvaro Cunhal referiu-se ainda à intenção, considerada a "não como tal, mas sim como uma subversão desarticulada de diversos sectores militares cada um com os seus objectivos próprios".

Acres do encontro com o primeiro-ministro, o secretário-geral do PCP falou adiantos, salientando, contudo, que tinham sido analisados "os aspectos que estão na mesa, à luz dos últimos acontecimentos".

Novo comandante da Academia Militar

FOI NOMEADO para novo comandante da Academia Militar o brigadeiro Pedro Cardoso, que substitui assim o general Pinto Soares na chefia daquele importante estabelecimento militar. O novo comandante de Academia desempenhava até agora, as funções de Quartel-Mestre-Geral.

O pedido de demissão do general Pinto Soares, oficial sêculo da reavaliação das três tendências existentes no seio do MFA, era acompanhado de um documento em que Pinto Soares tecia algumas considerações acerca do trabalho realizado na Academia e das funções que deverá ter de fazer aquela Escola. No final desse documento, Pinto Soares afirmava que deixava a Academia mas não a revolução.

Alterações no MDLP?

SEGUNDO fontes fidélgimas, o MDLP poderia nos próximos meses, parar toda a sua actividade exterior no nosso país, limitando-se a acções de natureza psicológica. Esta inflexão tática do movimento spínolista, que surge depois do comunicado do ex-general sobre o 25 de Novembro, visaria aguardar pelos resultados do julgamento das implicações no 11 de Março.

Entretanto, parece confirmar-se a substituição de Dias de Lima à frente da estrutura política de Movimento por Sanchez Osório, continuando Alpoim Galvão à frente da estrutura militar.

Segundo as mesmas fontes, tenderia a verificarse uma certa tensão entre as estruturas do MDLP de interior e do exterior. Paralelamente, ter-se-ia recebido um certo enfriamento entre o MDLP e o P.P., ambos ultrapasados e "contraquocion" pelo resultado do golpe de 25 de Novembro, e pela acção do poder constituído.

Venezuela recebe emigrantes portugueses

O EMBAIXADOR da Venezuela em Lisboa, Alfredo Baldo Casanova, em visita ao Centro/Norte, anunciou no decorrer de uma Conferência de Imprensa no Porto que o seu país ia abrir as portas aos retornados de Angola.

Afirmou aos jornalistas que, correspondendo a um pedido de Portugal, a Venezuela estava a fazer um levantamento urgente de um vasto programa de emigração, que se dividiria em duas fases. Na primeira, seria recebido na Venezuela um grupo de retornados não especializado nem limitado, para integrar a colónia portuguesa daquele país. Depois, funcionar-se-ia no Porto e em Lisboa delegações especializadas para procurar ofertas e procurar de trabalho. Por último, seria estudado o envio para a Venezuela de agricultores, sobretudo oriundos das ilhas, para colaborar no desenvolvimento agrícola daquele país.

A Venezuela, disse, foi o primeiro país a reconhecer na prática ao apoio de Portugal. Adiantou que, em breve, se deslocaria a Lisboa uma delegação do seu país a fim de obter a secretaria da emigração proceder a estes estudos.

Durante a visita ao Porto, entre outras entidades, o embaixador da Venezuela foi recebido pelo bispo da diocese, D. António Ferreira Gomes.

Da (quase) adquirida revisão do pacto a mais uma crise do Governo

DEZ DIAS DEPOIS DO 25 de Novembro, o centro da cena política portuguesa é ocupado por duas sequências lógicas dos acontecimentos então verificados.

Uma delas é a orientação que parece ganhar peso, no trabalho da revista trimestral do Pacto celebrado pelo MFA e alguns partidos políticos, em Abril passado. Outra é representada pelo aparente "impasse" governativo, que pode abrir caminho a uma grave crise política, apenas a pouco mais de uma semana do golpe frustrado de 25 de Novembro.

Qualquer destas duas possibilidades condizem de facto com o futuro político do país. Entre elas estão patentes ligações íntimas.

Assim, o tempo de renegociação do Pacto será um compasso de espera no ritmo dos trabalhos de Assembleia Constituinte, que o mesmo é dizer na elaboração e aprovação da Constituição. Ora, só depois desta promulgada se poderá verificar a marcação da data definitiva para as eleições legislativas. E, como, em princípio, o Governo Provisório agora a formar deverá viver até ao momento daquelas eleições, não é nada indiferente que elas se realizem daqui por cinco ou por seis meses (temporariamente, melhor e pior das hipóteses).

Por outro lado, a maior ou menor duração do período de crise no Governo determinará o tempo da discussão do Pacto na sua versão revista e poderá condicionar o próprio conteúdo desse Pacto.

Não parece pois muito viável a separação lógica ou cronológica da revisão instantânea dos dois problemas essenciais da actualidade política portuguesa.

UMA REVISÃO (Quase) ASSEGURADA

Começando pela revisão do Pacto, ela é hoje já considerada como um dado quase seguro, quer da parte da maioria dos principais partidos que o subscreveram, quer da parte do MFA.

As posições partidárias sobre esta matéria têm sido sobretudo

expostas na Assembleia Constituinte, onde o P.S. — tendo-se oposto a uma proposta do P.P.D. para adiar o debate da matéria para momento posterior, dando tempo ao início da renegociação do Pacto — se tem visto em sérias dificuldades para prolongar o debate na generalidade desta matéria, inscrevendo "ad hoc" oradores em cada grupo.

Salvo o P.C.P., todos os demais partidos que se têm pronunciado — P.S., P.P.D., C.D.S. — têm convergido na defesa da necessidade da revisão do Pacto Constitucional. Por detrás desse convite a uma revisão pluralista, têm já aflorado os pontos que, no entender destes partidos, merecem particular acentuação:

— a transformação da eleição do Presidente da República em sufrágio directo e universal (e aqui a surpresa foi dada por Jaime Gama, que defendeu o regime semi-presidencialista, dando algum eco a afirmações informais de dirigentes do PS, que gostam de caracterizar como partido à procura de um populismo eleitoral à Peron).

— a supressão de um órgão considerado indeterminado como é a Assembleia do MFA;

— a limitação da intervenção do Conselho da Revolução em matéria de competência legislativa e de fiscalização da inconstitucionalidade das leis;

— a mutação quanto à separação rígida proposta no Pacto entre o Poder Civil e o Poder Militar.

Também foi perceptível que existem nuances nas formulações dadas a esta revisão pelos três partidos políticos.

Assim, enquanto que o P.S. pela voz do líder parlamentar, José Luís Nunes, do Presidente do Partido, António Macedo, e de Jaime Gama, do Secretariado Nacional, como já marcou definitivamente a sua posição oficiosa sobre os pontos a rever, e o C.D.S., pela boca do seu Presidente, já avançou uma posição praticamente oficial, o P.P.D. foi muito firme e defendeu a revisão do Pacto, mas, surpreendentemente, o seu líder,



Um Secretário Geral Indiscutível em Aveiro



Assi como ido as transformações internas do partido

Mota Pinto, não interveio num dos mais importantes debates até agora havidos na Constituinte. É certo que isso não impediu que outros deputados fossem exaustivos no tratamento da matéria (como Jorge Miranda). Mas, faltou uma voz oficial ou oficiosa que só a liderança do Grupo Parlamentar poderia dar. Uma explicação possível para este silêncio poderia — contudo — ser a de se pretender esperar pelo veredicto do Congresso do Partido, onde certamente o tema será debatido e positivamente objecto de deliberação.

Em síntese, o posicionamento do MFA, para quem apontam os parlamentares dos três partidos é o de uma entidade vigilante na garantia do processo democrático, em vez de entidade directora do curso desse mesmo processo.

Como contraponto, o PCP, de fécula — timidamente aliás — a sua estratégia postera de elogio do Pacto.

A timidez desta defesa resultou sobretudo no facto de ela ter sido feita apenas por um deputado comunista — Vital Moreira —, evitando a bancada do PCP recorrer aos pedidos de esclarecimento, como fazia usualmente no passado. Para muitos observadores, tem sido visível o apagamento dos deputados do PCP, e o quase desaparecimento da intervenção do MEDP/CDE, após os acontecimentos de 25 de Novembro.

No tocante ao debate da "organização do poder político do Estado" (em cujo centro se integrou

a questão do Pacto), uma só atenuante pode invocar o PCP para a paciência da sua intervenção: o desejo de não prolongar a discussão em curso, tentando obviar a que ela se possa converter num meio muito persuasivo de pressão política, como defensões o PS.

Mas, notamos neste plano, o argumento parece ter sido, ao menos em parte, ultrapassado, visto que o Conselho da Revolução já terá deliberado ao sentido contrário da revolta do Pacto. A "colagem" do PCP no Pacto tem usado dois ataques essenciais aos defensores da revolta: — a acusação de tentativa de pôr em causa, legitimamente, um compromisso assumido;

— o aproveitamento de alguns "delitos emocionais" dos deputados pró-revista, que têm, por vez, chegado a falar em assassinatos sob coacção, ou insinuado ter havido assassinatos do Pacto sob reserva mental.

Por detrás destes argumentos, facilmente retroquiríveis, parece perflatar-se a ideia de uma "colagem" do PCP aos chamados "políticos" do MFA, como o menor de dois males. "Colagem" essa que condiz com a posição desses sectores no sentido de uma "recuperação" rápida do PCP pós-25 de Novembro, e de um reapresentar da ideia do MFA com projecto nacional suprapartidário.

No entanto, esta "colagem" tem aparecido inscrita num como que compasso de espera do PCP, que abandonou já uma estratégia bloqueada pelo reacção do 25 de Novembro, mas ainda não deverá ter

adoptado outra alternativa, conforme adiante veremos.

Éa provável que, face à alteração de circunstâncias, em termos de equilíbrio de forças ao soal do MFA e entre os diversos partidos políticos, o MFA se mostre disposto a negociar o Pacto de Abril.

Este, em larga medida, era o produto da concepção e da estratégia da linha gonzalvista e correspondia a uma fase em que, nos meios políticos partidários, era ainda muito escassa a própria crença na realização de eleições para a Constituinte (recorde-se o polémico encontro PCP-PS na sede da R. António Sérgio).

Ultrapassados muitos dos condicionais principais que o contestaram, o MFA sentirá que só ganha com uma revolta rápida, que, além do mais, permite não assumir demoradamente os trabalhos da Constituinte.

UMA CRISE DE GOVERNO — POR QUANTO TEMPO?

Menos pacífica parece ser a outra grande questão em debate no momento actual — a crise do 6.º Governo.

Em crise localizada já se encontrava o Governo. À saída do 25 de Novembro, visto ter havido membros sua (como o ministro da Indústria) que dele se afastaram, e outros que eram particularmente questionados por vários sectores da opinião pública portuguesa. Simplemente, tratava-se então de alguns meios de justificar alterações marginais, em que se projectaria de forma não frontal o restituido do 25 de Novembro.

O PCP, logicamente, deveria sair enfraquecido na sua representação governativa, e reforçados quer o PS quer o PPD.

Foi precisamente este Partido — pela voz do seu secretário geral, Francisco Sá Carneiro —, que exigiu, como corolário do golpe de 25 de Novembro, a saída do PCP do Governo, em termos de incompatibilidade frontal entre a participação do PS e a do PCP.

Numa curta declaração televisiva, Sá Carneiro adiantou que a sua posição é de intransigência relativamente a este ponto fundamental, intransigência já expressa no Primeiro Ministério, Pinheiro de Azevedo, e ao secretário-geral do PS, Mário Soares. No entanto, acontecimentos que este tópico será objecto de debate no Congresso de Aveiro, pelo que aguarda a posição deste órgão para a tomar como expressão da vontade do partido.

... Quer isto dizer que para Anísio convergirem, durante o findo-terminar, as acções da liderança, nacional e estrangeira, dos mais diversos sectores políticos portugueses. E, desta modo, um Congresso, que se aninava de interesse essencialmente intra-partidário, vê-se projectado na rítmica dos grandes acontecimentos políticos deste fim de 75.

Encarada a questão da participação do PCP no Governo, de prumo do PPD, qual os perla e o contra de uma posição "intransigente", analiticamente encarada?

O principal pró não de duas ordens: a) de natureza moral — pretende-se dissemear acoelares o golpe do PCP, na sequência de afirmações que datam dos primórdios do 6.º Governo, nas gestações dessa força após a aboatada do 25 de Novembro; b) de natureza eleitoral — ao dempar-se do P.S. no seu "atenção" em relação ao PCP, o PPD logo lançou a cartada de saber se passaria à oposição (já que o PS tem sido claro em recusar um governo PS-PPD). Ora, o ares oposição em tempos de agravamento da situação económica e social rende inquestionáveis dividendos políticos eleitorais.

A isto se soma que as bases do PPD, na sua esmagadora maioria (e não só elas) parecem apoiar abertamente esta alternativa.

Contra, podem ser apresentadas várias razões, de natureza essencialmente pontual: a) um governo sem PCP depararia com a oposição do MFA ("políticos" já convocar pelo Presidente da República e a prosseguir pela maioria dos membros do Conselho da Revolução, incluindo os considerados mais "modernos");

b) este governo ignoraria que o PCP mantém quem intacta a máquina agrícola e sindical, e não quer pela intermedial, e não indica que breve se reiniciará actividades internas de primária daquelas estruturas;

c) o jogar numa vantagem eleitoral pode ser tanto mais prudente quanto as eleições não estão no horizonte previsível para este de cinco meses, e até lá poderão ocorrer significativas alterações de conjuntura;

d) é verdade que a experiência da oposição une os partidos internamente, pois não ocorre nenhuma tentativa de poder onde não há poder para distribuir, é também verdade que, na oposição, o P.P.D.

Continuação da pág. 2)

teria um dos seus trunfos não em relação ao C.D.S., sendo-lhe atribuído uma posição "à esquerda do Governo" onde — atendendo à recente evolução da opinião pública portuguesa, opinião esta que poderá acelerar-se no futuro — rapidamente estaria o risco de entrar em desfavor de campo de influência do C.D.S. Seria talvez esta a razão, pela qual se sabe que a maioria dirigente deste partido uma vez do P.P.D. do Governo seria apertadamente.

O somatório destes argumentos terá parecer, no entanto, das luzes do P.P.D., ainda assim favorável à ideia da "intransigência" à posição, se encarada apenas a perspectiva partidária.

Simplesmente, há outra ordem de argumentos, que se coloca num plano mais amplo, o nacional, e aponta directamente à "saída" da crise derivada da eventual intransigência do P.P.D.

Sabido que o P.S. não aceita uma coligação só P.S.-P.P.D., existem em jogo apenas mais três ideias:

a) uma coligação do P.S. com elementos militares e independentes — a saída mais plausível (na qual jogam os ex-Més, talvez notavelmente empenhados pois que o P.P.D. continua "intransigente".

b) uma coligação do P.S. com o P.P.D. e ex-Més (hipótese que o P.S. não aceita por ter, na sua opinião, dois inconvenientes — marginaliza o P.C.P. e sobrevaloriza os ex-Més, seus concorrentes atuais — e nenhuma vantagem; não seria preciso que o P.P.D. aceitasse bem a coligação com ex-Més, o que não é linear).

c) uma coligação do P.S. com o P.C.P. e o C.D.S. (via inaceitável para o P.C.P., e para as bases do C.D.S., e que já algumas cúpulas não rejeitam, mesmo que só em teoria).

Ou seja, na prática, a saída mais concebível seria MFA (mais) e mais independentes.

Mas, esta via está longe de ser equívoca. Dir-se-á mesmo que esta é a "via das contradições permanentes".

Antes de mais o PS encontrará muitas dificuldades em "descolar" independentes que não sejam "amigos do P.C.P." ou "ex-Més".

Depois, a optar por estes últimos, o P.S. estaria a "dar de mão beijada" um lugar ao sol aos defensores de um projecto político muito diverso e concorrente com o seu.

Contra esse Governo militar e directo o P.P.D. (supondo que o C.D.S. levava a sua "aliança" com o P.S. ao ponto de um "pacto de não agressão", em reciprocidade de uns lugares discretos ao aparelho de Estado, e à esquerda o P.C.P.

Este Governo teria, como hipóteses de governar, quase nenhuma, e parece haver consenso de que o país precisa, finalmente, de um Governo apto a enfrentar a crise económica e social.

Mas, não os males graves do que o visco do Governo é o facto de se estar a prolongar demasiado o período de existência do Governo, e que suscita um clima de crise, alguns dias depois da crise provocada pelo golpe do dia 25. Este prolongamento poderia conduzir as próprias "superestruturas" do MFA a procurarem fazer a ponte para o Governo PS, PPD — PCP (vêd, de resto, a "suavidade" das declarações de Francisco Sá Carneiro ao EXPRESSO, na pág. 11).

De qualquer modo, a consciência de não haver fácil saída para o "impasse" existente deve ter sido a motivação essencial, para a dureza da conferência de imprensa de Mário Soares, (vêd também as críticas de Mário Soares, na pág. 11), e justificará certamente a situação expectante com que o P.S. acompanhará o desenrolar do Congresso do P.P.D.

PCP: 3 PROBLEMAS

Basta saber como reage o P.C.P. perante a conjuntura que vivemos. Já acima dissemos que a sua atitude externa parece ser de "compasso de espera", derivado de três problemas fundamentais que enfrenta.

O primeiro desses problemas é o de ter de repudiar abertamente um golpe, relativamente ao qual ainda não conseguiu dar uma versão convincente de não implicação. Na Constituinte, tentou desde o contra-ataque contra os eventos de Rio Maior até às fórmulas neutras de condenação da oportunidade do golpe do dia 25, que até ao presente não qualificou nunca como tal. Este repúdio é, em qualquer caso, uma condição do P.S. para a continuação do P.C.P. no Governo, e ele terá de o fazer (ainda que com muito custo). De resto, o deputado Américo Gonçalves em resposta a uma pergunta de Sotomayor Castiela, afirmou, na Assembleia Constituinte, já aberto o caminho a esse eventual repúdio, acrescentando que se tratava de matéria a negociar conjuntamente com a pertença ao Governo. O que cria mais uma originalidade no processo político português — o repúdio de um golpe militar como um dos efeitos de um contrato de Governo.

Depois, quer este repúdio, quer a situação actual do P.C.P. dentro e fora do Governo dificultam-lhe imenso as relações com a extrema-

esquerda, uma extrema-esquerda que lhe ambiciona as bases mais activistas, e que saiu muito deteriorada do golpe frustrado.

Finalmente, há notícia de tensões muito fortes dentro do Partido, movendo-se sectores de peso contra certos elementos e métodos da cúpula dirigente, e propondo uma severa análise dos erros praticados num passado próximo, a culminar no 25 de Novembro.

Para todos estes problemas, a linha "dura" tem uma solução que seria ideal: a saída do Governo por imposição alheia. Assim, ela evitaria um rápido que lhe custa imenso a fazer, congregaria no ataque ao novo Governo a extrema-esquerda, agora dispersa, e mostraria, pela posição de "vítima" em que o Partido seria projectado, que não há lugar para "abrandamentos".

Ao invés, sectores mais

dialogantes ficariam beneficiados com uma presença no Governo.

Entre as duas alternativas, enquanto vai esperando pela posição do P.P.D., o P.C.P. deverá ser um interessante campo de indecisões e de dúvidas estratégicas e táticas.

De tudo o que fica dito resulta que deverá talvez sair deste fim de

semana detido o novo Governo, e que, em termos de probabilidades, ambicionamos a adivinhar que seja

tripartido, tendo o P.C.P. uma representação menor que no 6.º Governo (e que, se quiser não aceitar, deverá fazê-lo sabendo, de antemão, a marginalização intencional e já não provocada por que opta).

Entretanto, em Aveiro, Francisco Sá Carneiro mostrará que é Secretário-Geral indiscutível de um Partido, cuja prática política, organização interna e restantes tituloses nacionais já são bastante

mas porão de discussão.

Aveiro será pois essejo para um duplo teste: o teste externo de um partido que se definirá para o futuro próximo; o teste interno da posição de Sá Carneiro perante as estruturas e as pessoas que o hão-de rodear.

Poucas vezes na curta história de um Partido em Portugal post-25 de Abril terá um só homem tido tamanho campo de manobra no seio do seu partido. Resta saber o

conteúdo do pacto possível entre esse homem e as bases do partido que, ao reelegerem-no, não quererão possivelmente tornar claro o sentido do mandato que lhe conferem.

EU GOVERNO A TROPA
VIGIA A MARINHA LA
FLUTUA E O POVO
QUE TRABALHE!

INDECISO, EU?
NAS OCASIÕES DIFICEIS
MUITO PELO CONTRARIO!

AGARREM-ME
QUE AINDA
NÃO ESTOU
SATISFEITO!

ACALMA-TE
TOMA ESTE
VALIUM!

JÁ LÁ DIZIA NA TV, O
CHAFUIS, CITANDO O ARNALDO
MATEOS, QUE A BURGUESIA JÁ NÃO
PODE GOVERNAR E A CLASSE
OPERARIA AINDA NÃO
PODE FAZÊ-LO!

A PARTIR DE AGORA
VEJA SE TEM CUIDADO
COM OS OVOS QUE PÔE
SEU CORONEL DE
AVIÁRIO!

UEC... UEC... QUEM
TINHA RAZÃO ERA
O PATO!

UMA GAIVOTA
? VOAVA...
? VOAVA.

24

«Ora agora prendes tu»

HOUE PESSOAS detidas em 25 de Abril, outras em 28 de Setembro, outras em 11 de Março, outras em 25 de Novembro. Além disso, verificaram-se detenções em datas menos históricas, como as de militantes do MRPP. Em determinada altura, estiveram presas, ao mesmo tempo, por motivos políticos, cerca de 2000 pessoas, entre civis e militares, segundo estudos de organizações internacionais insuspeitas, como a Amnesty Internacional.

Muitas das detenções foram feitas arbitrariamente por grupos de civis armados, muitas vezes sem mandato ou com mandatos assinados em branco por membros do Conselho da Revolução. Raras vezes o poder judicial interveio para sancionar a privação da liberdade de centenas de indivíduos acusados de crimes, como associação de malfeteiros ou atentados contra a segurança do Estado, de substracto político.

Surgem agora provas de que diversas instituições procederam a torturas, como nos tempos da PIDE. Há casos de pessoas, presas há mais de um ano, que foram interrogadas uma ou duas vezes. Há fortes suspeitas, que vêm sendo denunciadas há largos meses, sobre as irregularidades cometidas dentro da Comissão de Extinção da PIDE/DGS. Há vários advogados que podem testemunhar a impossibilidade em que se encontraram de conferenciar com os seus constituintes detidos.

Tudo isto foi já denunciado por deputados à Assembleia Constituinte. Tudo isto foi amplamente discutido por militares e representantes dos principais partidos, quando da elaboração do programa do VI Governo.

No entanto, até agora, nada foi feito. Para além das ilegalidades referidas, há o princípio, respeitado em todos os Estados verdadeiramente democráticos, de que ninguém pode ser mantido preso, para além de determinado prazo, sem ser julgado ou libertado. É um princípio que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de que Portugal é signatário, consagrou e que o regime nascido com o 25 de Abril não tem cumprido, tal como o regime vigente antes do 25 de Abril não cumpria.

O EXPRESSO está pertencidamente à vontade para abordar este tema depois do 25 de Novembro, porque é dos raros jornais que dele, repetidamente, se ocupou antes do 25 de Novembro, desde a crítica à nota do Ministério da Justiça em que se afirmava não haver presos políticos em Portugal, até à denúncia da legislação militar (ainda em vigor, aliás) que permite a prisão preventiva sem prazo.

Que se julguem ou se libertem, pois, os presos políticos de todos os quadrantes e que se recorra para isso aos tribunais comuns, e não, contrariando o estabelecido no Programa do MFA, tribunais especiais. Que se seja severo para quem é culpado, mas que não se permaneça na indefinição e no adiamento, no "ora agora prendes tu, ora agora prendo eu".

Quando se recorda que até o caso Delgado continua por julgar, apesar de o início do julgamento ter sido anunciado por diversas vezes, quando se sabe que desapareceram dossiers, eventualmente chocantes e comprometedores, quando se toma conhecimento de que as escutas telefónicas e a abertura de correspondência funcionavam em pleno, é-se levado a pensar que a manutenção do "statu quo", em matéria de (não) julgamentos políticos e de detenções políticas, terá razões (também políticas) que não se adivinham de fácil esclarecimento.

Será, como já tem sido sustentado, que há forças ou personalidades políticas com medo de virem a ser atingidas pelos julgamentos (ou pela libertação) de detidos de direita ou de esquerda?

BAPTISTA, José
MARQUES A. H. Oliveira
VIEGAS, Encarnação

ENQUANTO A. H. Oliveira Marques, historiador e director da Biblioteca Nacional, fala hoje da união ibérica, problema que se põe, agora renovadamente, pelos novos tropismos que se desenham nos dois países da península, José Baptista, autor de um recente volume intitulado "Pluralismo, totalitarismo e esquerda radical" e chegado a Portugal há

pouco tempo, depois de uma longa estadia no Leste e, depois, na Austrália dá a sua visão da "Intervenção socialista". Encarnação Viegas, jornalista de "A Capital", avança uns pontos de análise à luz da recente inflexão do rumo político do país.

A. H. Oliveira Marques

União Ibérica?

AGORA que o fascismo espanhol agoniza no leito de morte de Franco — não importa o tempo que durará o estrebuchar — podem os Portugueses interrogar-se sobre a viabilidade e a utilidade do sonho de milénios: a União Ibérica.

Portugal e a Espanha, no paralelo que, tantas vezes, tem orientado a sua história, vêm cair, quase ao mesmo tempo, as últimas parcelas dos Impérios que, quase ao mesmo tempo também, começaram a construir. Estados plenamente europeus, pela primeira vez desde há quinhentos anos, podem olhar um para o outro e indagar da actualidade do velho anseio: essa unidade hispânica por que tanto batalharam.

Na verdade, por cima do tumultuar das paixões políticas e das tensões sociais, todo o português consciente tem de pensar a sério no que vai ser o seu país. Tem de encarar a realidade de uma nação minúscula, pobre, mal povoada, subdesenvolvida económica e culturalmente, endi-

vidada e sem recursos no futuro. Tem de olhar de frente o meio milhão de desempregados que lhe aparecerão daqui a seis meses e saber como vai repartir com eles o que mal chega para si. Tem de encontrar solução para uma produtividade em constante baixa, numa terra sem matérias primas suficientes, onde muitos se habituaram a viver bem, quase tão bem como nos países ricos, porque havia colónias a explorar, espaços livres a ocupar e emigrantes e turistas a inundarem-nos com as preciosas divisas.

Tem de pensar no que vai fazer quando as reservas de ouro se esgotarem. Haverá tempo para encontrar lençóis petrolíferos algures nas águas das Berlingas? Ou voltaremos a peneirar as areias do Tejo, ali na Oustrabanda, em busca do ouro de que nos falam os documentos medievais?

Não somos a Bélgica, nem a Holanda, nem a Suíça. Passámos cinco séculos a enriquecer os outros, a despachar especiarias e metais preciosos para toda a

Europa, nessa característica epolítica de transportes, tão bem definida por António Sérgio. Não criámos uma infraestrutura industrial ou sequer comercial, que nos permitisse sobreviver, liquidado o Império.

Não fora a Inglaterra, e o nosso destino resolver-se-ia num sentido bem diferente após a perda do Brasil. Durante todo o século XIX, como aliás já no XVIII e no XVII, a independência de Portugal resultou, acima de tudo, do jogo de interesses das grandes potências, mormente a nossa aliada. Não convinha a união das duas corças ibéricas, já porque os dois impérios unidos implicavam força demasiada para os outros impérios em formação, já porque a estratégia britânica importava uma testa de ponte no ocidente da Península, amplamente virada ao Atlântico. Mas, ainda assim, quantos perigos, quantos riscos acompanharam essa independência artificiosa?! Em pleno século XX, Afonso XIII pensou muito a sério numa intervenção que, em última análise, lhe poria cobro. E parece que o recém-

finado Franco também acalentou sonhos parecidos, a coberto da projectada invasão da Península pelas hordas hitlerianas. No século XIX, são conhecidos os iberistas, tanto do lado português quanto do espanhol. As melhores cabeças da geração portuguesa de 70 e da espanhola de 58 professaram fé ibérica. Em 1868-70, os reis de Portugal D. Luís e D. Fernando II foram convidados a empunhar o cetro hispânico. O republicanismo, de ambos os lados da fronteira, começou por ser ibérico, e nunca de todo perdeu o sonho da inflância. A Maçonaria, sempre avançada em relação às tacasnezas políticas, conseguiu, durante alguns anos, uma união ibérica das suas lojas, sob a hegemonia do Grande Oriente de Lisboa.

O que dificultou a efectivação foi a desproporção das duas pátrias. O irmão pequeno e pobre receava, com razão, juntar-se na mesma casa com o irmão grande e rico. Como escrevi o conhecido pensador espanhol da segunda metade do século passado, Angei Ganivet, nesse ensaio luminoso a que chamou Idea-

riam Espanha, «mesmo que a igualdade fosse absoluta, o mais fraco crer-se-ia humilhado; e se falassem motivos, buscaria pretextos para alimentar a sua suspeita. Daqui a ideia de alguns políticos de dissolver a nação espanhola, ressuscitar as antigas regiões e fundar a unidade sobre algo parecido com uma confederação». Ganivet rejeitava a ideia porque o conceito de «nação espanhola», que não punha em causa, lhe viciava o juízo. Mas a história dos últimos cem anos provou claramente que não existe essa tal «nação» como sinónimo de «Espanha». O que há são castelhanos, catalães, bascos e, por ventura, galegos também, artificial e forçosamente unidos. Logo que a liberdade pôde triunfar com plenitude, a realidade dessas divisões veio à tona de água. Hoje, ela é um facto indiscutível.

Sobrer este facto é que poderá construir-se a União Ibérica, a Ibéria ou a Hispania, como quiserem. Só como confederação haverá lugar para Portugal. Os trinta milhões de habitantes e os 500 000 km² da «Espanha unificada» terão lugar a quatro ou cinco estados em que, muito embora possa existir uma Castela um pouco maior e um pouco mais povoada, o equilíbrio de todos eles não será diminuído. O resultado seria uma «Ibéria una», maior do que a França e quase tão povoada como ela, com três línguas oficiais, como a Suíça.

E a nacionalidade? Ah, a nacionalidade! Há 150 anos, era Portugal e o Brasil, numa pátria una, com deputados às mesmas Cortes. Até na Constituição. Há 50 anos, era Portugal e as oito colónias-provincias ultramarinas, numa pátria una, com deputados ao mesmo Congresso. Hoje é Portugal e as Ilhas Adjacentes, numa pátria una, com deputados à mesma Assembleia. Amanhã,

o que será? A nação não é uma entidade estática, perpetuamente independente das vicissitudes da conjuntura. É, pelo contrário, uma realidade dinâmica, em permanente modificação. No turbilhão da nossa vida política desde o 25 de Abril de 1974, poucas coisas me têm causado maior impressão do que os movimentos de independência de açoreanos e madeirenses. Como é que um nativo de Ponta Delgada ou do Funchal se pode considerar não-português, a ponto de, por mesquinhas razões económicas — tão válidas em S. Miguel como em Trás-os-Montes — admitir uma separação total da pátria? E, no entanto, eis, uma vez mais, a realidade, a prova inofamável de que o conceito de nação está longe de estático! Ai estão regiões, com muito menos tradições culturais, políticas e económicas do que o País Basco ou a Galiza, a alimentarem focos de separatismo. E até no Algarve parece falarem no mesmo. O que é, então, a «nação portuguesa»? Será que só em Lisboa é que a bandeira verde-rubra tem algum significado? Ou tudo isso está, pura e simplesmente, a morrer?

Confederação Ibérica, dirão muitos? Mas como, de que maneira, com que regime? Só com forma socialista, pontificarão alguns! Por muito importante que pareça, consideramos esta característica secundária. Nem, em perspectiva histórica, julgamos lícito prever, planear o regime económico-social que presidirá aos destinos da Ibéria unida. Sempre nos pareceram contra-sensos históricos expressões como «construir o socialismo», ou outras do mesmo jaez. Os sistemas económico-socials impõem-se aos homens, não são edificados por eles. Não vemos muito bem Carlos Magno,

com seus conselheiros, decidir a instauração do feudalismo, nos os burgueses do Renascimento planearem a ereção do capitalismo. São as estruturas económicas, resultado da lenta evolução das relações de produção que determinam o curso dos sistemas sociais. Daí os Estados abortos, chamem-se eles União Soviética ou China, que resultam da «construção do socialismo» fora do seu tempo e da evolução geral, universal, das estruturas económicas mais avançadas. Quer queiramos quer não, o capitalismo acha-se muito longe da morte e há-de passar gerações várias, se não centenas de anos, até que a sua morte sobrevenha.

É por isso que julgamos inútil a discussão das formas económico-sociais que caracterizam a União Ibérica. Elas serão o que o mundo ocidental lhe impuser, pela força da sua própria evolução estrutural. Muito provavelmente, estarão a meio caminho entre «capitalismo» e «socialismo», já que parece ser essa via mais «avançada» da civilização do nosso século.

Embora. Seja assim ou de qualquer outra maneira. Para o futuro de uma nacionalidade a sua estruturação económico-social parece-nos coisa secundária.

Sobreviveremos como cultura autónoma e autónoma? Fica provavelmente, o português do Brasil e da África, escorado nos países grandes, de amplos recursos económicos, que lhes garantem a continuidade no tempo de hoje. Mas na Europa? Estará Portugal daqui a cinquenta anos?

Numa Ibérica unida, é evidente que teremos muito a ganhar. O ciclo Lisboa-Porto aproxima-se das formas desvoadas do resto da Europa. Podem competir com o eixo Barcelo-

-Vassúco, com o norte ou o centro da Península. Teria seria parcelas complementares numa interacção harmoniosa e planificada. Um «Portugal» ibérico será o melhor aliado «Catalunha» ibérica e o melhor garante da possibilidade de uma confederação imediata. Mas no futuro?

Dizão alguns que a sobrevivência de Portugal também poderia admitir numa Europa unida, sem necessidade de se sair pela via ibérica. É verdade. Mas para quando, essa Europa unida?! Vinde, trinta, cinquenta anos? E haverá alguma hipótese de Portugal durar vinte, ou cinquenta anos?

É a sina dos estados ibéricos diferirem para décadas aquilo que, nas nações europeias civilizadas, se cumpriu na guarda da civilização. As condições da Itália e da Alemanha ocorreram há mais de oitocentos anos. Todas as tentativas de unificação ibérica feitas no século XIII degeneraram, por terem vindo a ser de mais em parcelas que se não compreendiam nem podiam compreender. Falava-lhes a falta de suporte indispensável para cercar o grande edifício. Não havia impérios, ainda se falasse no «futuro de Portugal», «África», etc. Ainda se lhes o porvir fora do continente.

Terá, agora, chegado o momento? Para nós, ándes que impérios do exterior, o 1.º (a África) e o 2.º (a América), e o 3.º (a África), chegou o momento de edificar o 4.º, o Império do Rio, o Império europeu. Não é ele o da Península unida? Não, ele, enfim, o que nos pertence a nós, portugueses, emigra de sempre, ficar na nossa terra tornar-nos prósperos e ganhar tempo para desenvolver as suas potencialidades de cultura e elevar-nos ao nível dos nossos compatriotas europeus?

“Intervenção socialista”

José Baptista

A NOSSA vida política tem estado reduzida a uma bi-polaridade desoladora, cada vez mais desgastante, desmobilizadora, frustrante, falha de imaginação, demagógica, caricaturizada. Outras alternativas que se poderiam ter constituído e desenvolvido, ou nem sequer tiveram forças para aparecer à luz do dia, ou desapareceram pouco depois da grande festa do 25 de Abril.

Ditaram-se por desleixo ou por tomarem a vitória de um dos polos (PC-FUR-UDP versus PS-PPD) como pré-condição de satisfação. Assim, em primeira análise, o Documento da “Intervenção Socialista”, tem o valor incontestável de ser uma pedra atirada para o chanco. Esperamos que faça muitas ondas saltares para tornar menos árido o deserto da bi-polaridade política portuguesa.

Embora de imediato só compreendamos vários trechos ou condensados do Documento, publicados aqui e ali na imprensa, tal parece ser no entanto suficiente para arriscarmos a opinião de que estamos em presença de documento político mais original e de maior elevado nível teórico que entrou na cena política portuguesa nos últimos tempos.

Um valor que merece ser acentuado no condicionamento

actual, é a tentativa que se faz de procurar uma “via realista” que toma em consideração duas séries de experiências históricas. Uma é a do pluralismo ocidental socialista que não consegue ir além de um pluralismo monopolizado pelos grandes aparelhos de gestão das complexas organizações económicas, políticas, sindicais,

culturais, etc.. A outra é a das falhadas tentativas históricas de criação de uma alternativa à “democracia representativa burguesa” e que degeneraram em absolutismos totalitários, um que as próprias liberdades limitadas do pluralismo ocidental são destruídas, acabando a população trabalhadora por chegar a situações porventura ainda mais dependentes, alienadas e estranguladas.

Como estas duas alternativas são as estabelecidas em zonas significativas do mundo actual, como ambas geraram estruturas sociais, geridas e dominadas por grupos dotados de fortes interesses particulares, a procura de uma alternativa real às duas situações estabelecidas que acabamos de citar, é difícil ainda que se poderá qualificar de segunda no sentido restrito do termo. Mesmo que a aparência de oposição extrema entre as duas alternativas estabelecidas nos possa enganar e levar

a qualificar superficialmente uma de esquerda e outra de direita, na realidade estas duas alternativas não são mais do que negociações formais uma de outra. Fundamentalmente elas não são mais do que concorrenciais. São ambas de direita, pois instaladas em fortes “establimentos” que tendem a conservar o statu quo favorecendo aos interesses particulares adquiridos.

Atitudes apoloéticas (ou de mera crítica de promessas) quanto a uma dessas alternativas, simultaneamente a atitudes destrutivas quanto à outra alternativa, tanto a Leste como a Oeste, são hoje em dia atitudes essencialmente conservadoras, se os julgamos por este prisma histórico e não nos confundirmos com fachadas populistas ou proletárias. Também estreitamente ligada a tais atitudes, não é difícil de reconhecer, estão as atitudes respeitantes à questão da independência nacional.

Se o que até agora vimos são alguns dos pontos fortes do Documento, ele não deixa de sofrer de alguns pontos fracos. O maior será o seu fraco apoio numa teoria consistente da burocracia. As suas críticas aos “aparelhos de vocação dirigente e burocrática”, embora constituindo um progresso no que diz respeito a Documentos do

gênero, embora essenciais na demarcação do projeto político simultaneamente pluralista e basista — não vão muito longe, o que não constitui para além o mesmo radical do projeto. Assim, tais críticas, poderão na prática cair facilmente num criticismo de burocracia liberal à prática pouco liberal de aparelhos burocráticos e demasiado copolistas. Só uma análise adequada das sociedades contemporâneas — que enfoque muito especialmente o papel primordial que desempenham as organizações complexas, assim como a necessidade que estas sejam geridas por aparelhos burocráticos (por muito eficientes e participacionistas que sejam), — é que poderá conduzir a uma crítica de fundo das estruturas cada vez mais burocráticas de toda a civilização contemporânea. Só uma tal análise poderá conduzir a um projeto efetivo para uma alternativa às estruturas burocráticas. Tal projeto teria de desenvolver, com muito mais destaque do que o faz o Documento, os diversos aspectos de tal alternativa, entre outros, a questão da divisão social e técnica do trabalho assim como a complexa questão da revolução cultural. Tais questões são demasiado importantes para que se reduzam a meia dúzia de linhas

vagas no capítulo das "Condições para o projeto socialista português".

Também relacionada com a questão da falta de uma teoria constante sobre o fenómeno burocrático, está ainda a questão muito importante do papel e função que "Intervenção Socialista" se atribuirá no processo de realização do seu projeto. Atribuir-se-á uma função de grupo animador desta revolução tática e cultural indispensável? Ou ambicionará transformar-se em mais um partido de massas, isto é, necessariamente dotado de uma estrutura burocrática de gestão?

Permanecer um actuante grupo "outsider" ou estabelecer-se no Poder, isto é, um poder que terá que ser (por quanto tempo ainda?) organizado burocraticamente e portanto um Poder que corrompe e instrumentaliza?

Também não muito longe desta problemática, está sem dúvida a que o Documento levanta ao propor (por quanto tempo?) o MFA como "vanguarda nacional". Passando por cima da infeliz expressão escolhida, será que é possível colocar um MFA ao lado da "democracia representativa" e da "democracia de base" como "princípio de legitimidade na fase

de transição"? Já não falando a experiência muito recente que levou à fragmentação das Forças Armadas um grande parte pelo menos do seu papel político à gestação, mesmo que condizível, de que só umas FAs dotadas é possível ser o tal braço armado da revolução. Já pressupõe uma estrutura interna de variedade que exclui qualquer variedade de pluralismo interno.

Ora uma organização complexa como as FAs, — dotada de uma estrutura particularmente autocrática, lenta de controlos de base internos, lenta de um movimento próprio a uma dinâmica política cultural acuitada, ainda mais lenta de competência e de renovação do que a sociedade portuguesa, para não citar que alguns factores, — dificilmente pode ser encorajada a não ser por um período de tempo relativamente curto

como o de 3 a 5 anos previsto pelo Pacto MFA-partido) como um organização complexa dotada de capacidade revolucionária na vincada do que a dos aparelhos partidários, sindicais, económicos do Estado, etc. Também esse ponto se faz sentir a falta dum base teórica constante sobre o fenómeno burocrático no elaboração do Documento.

Os novos rumos da revolução

Encarnação Viegas

OS ACONTECIMENTOS, a nível militar, registados na capital, na última semana, determinantes da declaração de estado de sítio na área demarcada pela Região Militar de Lisboa vieram culminar uma crise prolongada que a auto-suspensão das actividades governativas do gabinete de Pinheiro de Azevedo precipitara. Então, no entanto, ainda por conhecer as linhas de força resultantes da nova situação política, e, agora dominante no seio dos órgãos de decisão, embora o afastamento — voluntário — de certas figuras possa conduzir à conclusão de que um determinado tipo de esquadristismo foi — pelo menos de momento — barrido das rotas da revolução portuguesa.

Compreender-se-ão, por outro lado certos temores, até certo ponto justificados pela frequente referência ao princípio de que "os extremos tocam-se", de um aproveitamento das forças da direita, das novas condições geradas por tais acontecimentos, apesar dos evidentes esforços desmoldados, no propósito de tranquilizar não só as populações, como ainda certas forças políticas, naturalmente ameaçadas se tais recios viessem a materializar-se.

É nesse sentido que apontam as interpretações que terão de fazer-se das declarações do próprio Presidente da República ou ainda de conselheiros da Revolução, como Melo Antunes e Vasco Lourenço, sem esquecer as que foram proferidas por outros valiosos militares igualmente responsáveis, de marcada influência no processo revolucionário como são os brigadeiros Pesarret Correia e Franco Charal.

Delzamos, por agora, porém, o papel conciliador ou de árbitro, preferencialmente desempenhado pelo general Costa Gomes, para garantir que o ministério dos Negócios Estrangeiros do VI Governo Provisório, embora fiando na qualidade de conselheiro da Revolução, em entrevista concedida à televisão e que a rádio oficial igualmente retransmitiu, visa a manter a sua convicção de que "podem estar reunidas a muito curto prazo, as condições para não darmos razão a todos os alarmes que existiram ultimamente na sociedade portuguesa quanto à inviabilidade de uma via democrática para o socialismo", o que desde logo permite pressupor que, pelo menos no espírito do major Melo Antunes e por inﬂuência em outros quadras políticos-militares, a sociedade socialista continua a ser o ponto de convergência da Revolução, tão

que aliás o mesmo confirmaria, a seguir, quando considerou como indispensável a participação do Partido Comunista Português na "construção do socialismo".

Foi ainda neste contexto que Melo Antunes reforçaria tal posição e viria a frisar que "temos de avançar para o socialismo procurando juntar na mesma plataforma de acção política prática, os principais partidos portugueses para com o MFA avançarem na construção do socialismo".

Apesar desses propósitos, pouco se atrevê-lo, contudo, a negar a predominância de uma interpretação particularmente importante, que neste momento aflora às mentes portuguesas, pouco clarificados, como ainda então, as opções que presentemente se debatem nos centros de decisão e, sobretudo, quando falta definir com exactidão, os "novos cursos da Revolução" a que aludiu Melo Antunes e quais os parâmetros que a limitam a partir dos últimos dias de Novembro.

É aqui, porém, que depositam certas questões que valerá a pena equacionar.

Acete em 25 de Abril do ano passado, o que poderíamos chamar o "compromisso histórico" da Revolução, baseado na adopção do pluralismo político como prática a seguir pelos portugueses, mesmo que algumas das formações integradas no processo apontem na sua ideologia, para conceitos de centralismo democrático, desde logo emerge assim a problemática quanto à conciliação de princípios partidários fundamentais com os postulados revolucionários aprovados.

Rezidirá aqui, e à partida, a primeira das grandes contradições do nosso processo político: a diferenciação conceptual e conceptual de socialismo que segundo Didier Motchane "não é nem a soma nem o produto de muitas doutrinas". É no entanto, o leque político português val da recusa do socialismo como meta final até à instauração da "ditadura do proletariado".

Nesse último aspecto, porém, haverá que rejeitar a forma como o Partido Comunista Português soube, oportunamente, suprir as suas próprias dificuldades, advogando frequentemente a estruturação de um Portugal democrático onde existam as mais amplas liberdades, abandonando, indistintamente, uma linguagem apontada para a "ditadura do proletariado" e integrando-se

ainm — pelo menos sob o ponto de vista semântico — numa perspectiva comunista mais idealizada. O mesmo não se poderá dizer de outras organizações políticas que tomaram como ponto de honra, à instauração, em Portugal, de tal esquema político, defendendo inclusivamente uma via armada para a consecução de tal objective.

Encontraremos talvez aqui um dos pontos do diálogo — talvez o primeiro — entre o PCP e outros partidos marxistas-leninistas e em que se fundamentam muitas das acusações, de desvio e traição, feitas aqui. Não nos devemos, no entanto, de um radicalismo inicial, até porque não cabe aqui a análise de uma situação de confronto existente entre as referidas formações políticas. Mas, neste contexto, aceitemos que a chamada "extrema-esquerda", na sua globalidade embora multifacetada, não deixa de ser uma força real no quadro político nacional, tanto mais a ter em conta, quanto é certo, que os seus militantes são particularmente activos e se movimentam em sectores de notável influência para a vida do País. Recorde-se, como exemplo, que a União Democrática Popular conseguiu "ganhar" um seu representante no homicídio de São Bento.

É essa realidade, embora minoritária sob um ponto de vista eleitoralista, desprovido, aliás por tais formações, que se não poderá supular e muito menos ignorar, mesmo que se acete, como sublinha Didier Motchane, que "as elites políticas que procuram reconstruir, dissolvendo os partidos de que são originárias, a liberdade de desvio a seu bel-prazer, não menos preocupadas contra os hábitos de repetição esotérica e de raciocínios instantâneos que a sua exiguidade filosófica, para assegurar a sobrevivência, exigências suplementares de intrinsecidade".

Agora que são frequentes as citações aos juízos da stalinidade, não podemos ser particularmente desleais, contra não esquecer que um dos grandes erros do "marxismo", como etapa última do regime fascista, dominante quase cinco décadas, e que mais fortemente terá contribuído para a sua queda foi, justamente, o monoprogramo a que votou as forças democráticas então aglutinadas em redor da CDE. Foi assim em 1969 quando se admitiu que a "morre política" de Salazar poderia desamarrar os obstructions horizontais políticos dos portugueses e, viria a repetir-se, quatro anos depois, após a perda de

Balões de liberalização do regime, quando os sectores democráticos deram prova cabal da sua capacidade e vigor. E erros desta natureza, agora cometidos, poderiam assumir aspectos irreparáveis.

Não nos afastemos, porém, daquilo que poderá ser o momento presente — é o conceito — a questão fúral, a preocupação dominante que se apresenta à sociedade portuguesa: o que são, efectivamente, os "novos cursos da revolução" referidos por Melo Antunes?

Na nebulosa política de que ainda não saímos, depois dos últimos acontecimentos, embora se antevia para muito breve, uma clarificação do quadro político e das forças que no mesmo coexistam, talvez possamos recorrer, ainda, à afirmação daquilo que membros do Conselho da Revolução, até pelo papel de liderança que se lhe atribui em relação a determinada corrente, no sentido de se vislumbrar algo que possa constituir uma resposta positiva, se não exacta, pelo menos aproximada quanto, aos caminhos que se apresentam agora aos portugueses.

Com efeito, igualmente, em entrevista concedida à televisão, o major Melo Antunes, considerando "efectivamente fundados, por parte de certas pessoas ou de certos agrupamentos políticos" os censuras feitas à direita que possam aflorar, salientou, no entanto, que tanto ele, como os camaradas do Conselho da Revolução e do Movimento das Forças Armadas "não estamos dispostos, evidentemente, a perder de vista os conquistas no 25 de Abril e que se denunciaram e aprofundaram durante todos estes meses", situando-se neste contexto, "a liberdade, a democracia e o que foi a possibilidade de desenvolver um projecto de transição para o socialismo", projecto que, como também referiu, "continua a existir e enquanto nós aqui estivermos, continuará a guiar a nossa acção política".

Que isto dizer que a chamada facção Melo Antunes — não só os "sons" como todos aqueles que explicita ou implicitamente lhe deram a sua alçada — continua a ser, no séde dos órgãos do Poder e sobretudo a nível do Conselho da Revolução, a resultante, fortemente vitalizada, e o efeito imediato, numa perspectiva política, dos factos ultimamente verificadas?

Prematuro será, todavia, extrair, desde já conclusões, quando ainda nos gabinetes se procuram encon-

trar os eixos de entendimento, capazes de impedir um perigoso resvalar do processo para zonas duristas. Poder-se-á admitir, no entanto, pelo denominador comum que parece existir nas declarações de vossa responsabilidade, que terá ainda uma solução de equidade, mais ou menos vinculada a emergente da movimentação política que se tem vindo a desenvolver nos últimos dias, desde que as formações políticas comprometidas no processo de socialização da vida portuguesa se dispõem a rever certas formas de actuação e as relações entre si, abandonando atitudes hostis para se combaterem apenas no plano das ideias, sem quebra de qualquer plataforma de acção comum que, porventura venha a estabelecer-se, numa perspectiva de unidade que parece indispensável neste momento, para neutralizar certos perigos, por demais evidentes e que seria noção negar.

A clarificação do processo político português passa, no entanto, pela superação de outras linhas de acção já existentes anteriormente aos acontecimentos da última semana, embora, as mesmas surjam, provavelmente afectadas nos seus pontos de origem, na sua génese, e potencialidade, pelas novas coordenadas que, naturalmente virão a ser estabelecidas por o horizonte revolucionário português.

Com efeito e no âmbito do anteriormente referido no que concerne à actuação dos partidos políticos, irão ainda os socialistas bater-se pela marginalização dos militares, pelo seu afastamento, mesmo progressivo, do poder político quando se comprompu a sua indispensabilidade actual no processo, embora retomando a posição apartidária e a de garantas dos objectivos já definidos pela Revolução, cabendo ainda saber se o Partido Socialista, rejeitando a social-democracia como via para o socialismo — mesmo para o tal socialismo democrático — continuará a caminhar de braço dado com os que a preconizam para Portugal e que, naturalmente procurarão extrair para si, todas as vantagens de uma conjuntura que, em certas situações, se pode apresentar extremamente favorável?

E ainda no campo das interrogações — recordando ainda Melo Antunes — lei o PS expurgar-se daqueles militantes que, segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros, se verificam no mesmo, e que talvez expliquem certas fugas

dos limites socialistas, que em caso algum deverão abandonar?

Outro aspecto a merecer reflexão, será, certamente, a aliança que em certos sectores militares, não exactamente da linha Otelo ou Fialho, se fez muito recentemente no documento-guia do MFA, seja significação embora à custa de certas amputações poderá vir a ser uma realidade? nomeadamente por parte do actual comandante da Região Militar do Centro, brigadeiro Franco Charaz e que mereceu a crítica dos partidos considerados maioritários, o que parece estar em oposição com o conceito de democracia representativa adrogada pelo primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo que também se no início da sua actividade governativa, negara à social-democracia a direcção do processo revolucionário na sua última situação através da televisão. E como poderá conjugar-se tudo isto, todas estas dúvidas, agora que o governo considera estas alianças em condições para exercer a sua actividade normal, com a recomendação feita, muito recentemente, pelo Conselho da Revolução, no sentido de uma reestruturação do gabinete ministerial?

As respostas que poderão surgir, pressupõem, naturalmente, avanços ou recuos de certas forças políticas e só então nos poderemos apenar com nitidez da rota da Revolução, ou mesmo pôr em causa a sua sobrevivência. Será, contudo, necessário ter em conta, não só as alterações de conjuntura como ainda a leitura válida e actualizada, da recomposição feita ao almirante Pinheiro de Azevedo. Isto porque, no quadro político português, se há forças que não podem continuar a ser monopresididas pela sua condição de minoritários, são pelo contributo que podem prestar, no sentido do fortalecimento dos sectores de esquerda, outras há que podem, se não comprometer as conquistas já alcançadas e a que se referiu Melo Antunes, pelo menos talvez pretendam entrar a marcha para o socialismo que está, naturalmente fora dos seus propósitos e ideias.

Será o dimensionamento exacto dessas forças e a respectiva orientação, a determinar o ponto de equilíbrio que se torna necessário encontrar para uma estabilização revolucionária que o País espera. Mas será hipervigilância ou subavaliação das potencialidades e sem prejuízo do lugar que cada uma terá efectivamente de ocupar no próprio processo.

Definição política do MFA vista da Região Militar Norte

PORTO (do nosso correspondente) CÍRCULOS militares norteños pensam que, clarificada a situação militar, os órgãos responsáveis do MFA têm de resolver, imediatamente e definitivamente, o problema político do país. Para alguns oficiais afectos à linha dos Norte, neste momento, põe-se com a maior acuidade a grande contradição do 11 de Março ou o MFA reconhece categoricamente que a social-democracia constitui uma via para o socialismo impregnado a vontade do povo expressa através de sufrágio universal ou estão não poderá haver plano de acção e opções como alternativa de governo, negando-se por consequência as próprias eleições.

Os nossos informadores esclarecem que a contradição nasce do contra-golpe de 11 de Março, por aproveitamento do PC/esquerda revolucionária de uma situação da direita. Nunca está essa situação, desde o tempo das reuniões clandestinas preparatórias do 25 de Abril, se falou do socialismo como meta obrigatória do processo. Defendia-se, apenas, uma democracia política em termos de forma de estado — não de ideologia política — que esteleciam, portanto, um regime livre e justo de acordo com a vontade da maioria do povo.

Segundo fontes autorizadas, a próxima Assembleia que gere esta enorme contradição — reunião que ainda afirmam ter carácter de representatividade pois apenas teriam participado delegados de unidades de Lábios e arduários — so difere em que a Revolução seria socialista, sem tocar qualquer outra opção, o MFA necessitaria de ignorar o pluralismo, a realização de eleições, o seu programa inicial. Como perdeu esse momento histórico, currege-lhe ser fiel ao espírito que motivou o 25 de Abril.

Os resultados das eleições, sem efeito, continuam a ser fontes de desconfiança e ansiedade talvez o digam mais claramente, que vastos sectores da sociedade portuguesa, sobretudo a pequena e a média

burguesia, aceitando embora o socialismo como objectivo final, o querem alcançar por forma harmonica e democrática. Isto é, rejeitam soluções extremistas e totalitárias.

"Novena e seis por cento dos portugueses têm um rendimento mensal médio de menos de quinze cêntavos". Não temos dúvidas em que ambicionam o socialismo como única capaz de melhorar as condições de vida e de por fim as desastrosas e injustas desigualdades. Nós precisamos de colaborar na correcta satisfação destes anseios, mas não devemos impor as nossas ideias ou concepções, em muitos casos de resto mal ilicoradas. Ora, afinal, verifica-se isto: As populações estão hoje profundamente perturbadas pelas sucessivas agitações e manobras golpistas de que têm sido vítimas por parte da direita e do PC/esquerda ou pseudo-esquerda revolucionária.

Certo raciocínio, posto que tenham adido abortivamente no 25 de Abril, deviam-se para a direita. Assim, para nós, o 25 de Novembro, ao contrário do que se diz, não trouxe o passo à esquerda, mas obstruiu o caminho por onde avançava a direita. Deste modo, consolidada a revolução no plano militar, temos de a clarificar no campo político. Para tanto, achamos que o MFA precisa de ter a coragem de declarar, desde já, que a social-democracia, não sendo uma fim é uma via. E isto não tem nada a ver com o PPD em si.

Temos consciência de que a direita pode apresentar a tentativa de golpe — como o fez o PC/esquerda revolucionária em 11 de Março. Mas, ainda aqui, todas as ambiguidades do processo se voltam contra nós. A direita apresenta com grande habilidade todos os nossos erros, mesmo os menores. Uge com isto eliminar as contradições.

Neste contexto, admitim os mesmos círculos os órgãos responsáveis do MFA, não podem lutar opções prioritárias e inadiáveis. A revisão do pacto MFA/partidos é uma delas. "O

que nos desequilibra mais no diálogo com as populações que procuramos chamar para a revolução, são as contradições que se têm vindo a almentar perigosamente".

Aqueles círculos comentam ser grande o desejo do regresso dos militares aos quartéis. As condições para o fazer ainda não estão alcançadas. Julgam: "Qualquer que seja a estrutura de poder, reconvém partido, por si só, poder governar". Aposta-se o facto de se pedir a eleição do Presidente da República. Mas se o cargo não for desempenhado por um militar, que goze da confiança das Forças Armadas, corre-se o risco de grandes riscos. Este devia ser o último ponto a discutir pelo partido militarmente à revisão do pacto".

Acreditamos ainda que é evidente que os militares não cansam de política. A sua frustração é grande, especialmente a nível de oficiais e sargentos do quadro permanente, porque também vítimas de idéias agremadas. "As posições de SLUs e companhia, para além do político, cria mesmo um problema de trabalho, que a direita não deixa de explorar. Os oficiais e sargentos do QP, porque profissionais, vivem sob o stress e o cansaço e do desmoronar" do governo, a maior parte dos militares do QP não beneficiaram até hoje. Ao contrário, têm sido sujeitos a uma actividade mais mais intensa, sem qualquer reconhecimento de feitos, enquanto classe ou grupo profissional.

"Os quadros, cansados já de guerra civilizada, vivem ao longo das discussões menos a sua fadiga redobrada por constantes alarmas. O regresso aos quartéis é uma aspiração bastante forte, mas por agora isso não parece possível, por falta de condições". Nesta perspectiva, entendem, o 25 de Novembro ainda não resolveu os principais problemas. Alimentam optimismo em que estejam criadas as condições indispensáveis à sua solução. Segundo fonte próxima ao Comando da RMN, o brigadeiro Pires Veloso, "fala pouco de política mas muito do povo. Respepa

democraticamente a sua vontade". As suas atitudes, naturalmente não deturba de influenciar os e influenciadas pelas posições de seus oficiais, sobretudo pelo comandantes das unidades.

Estritamente, na RMN vive-se em clima calmo. Suspensa a actividade política nos quartéis — por decisão do CEME — não se observam problemas. De referir apenas que, por determinação do Comando da RMN, o tenente-coronel Veloso Gonçalves, contestado por fortes políticas afectas ao PS/PPD, deixou o comando do destacamento de Chaves considerada a unidade de mais esquerda da região, se todavia ser indiscutivelmente Recordo-se que foi o único comandante que se manteve fiel ao antigo comandante da RMN, brigadeiro Corvocha. Informadores do QG da RMN pensam que a infiltração de agentes do MCL/PELF agora se torna mais difícil, por castidade de recepção de juízo dos notáveis, que ganharam nova confiança na PA.

PROFUNDAMENTE

O computador 25 funcionou com dados falsos

A OITO DIAS do pronunciamento de Lisboa em que parece se pretendia impor imediatamente a respectiva Região Militar, já é possível examinar, se bem que sumariamente, algumas das causas do falhanço do golpe, entre as quais avulta a atitude do Presidente da República.

Em primeiro lugar, porém, por uma questão de metodologia parece-nos útil denegar as finalidades da operação e os meios de que dispunham os seus autores para a fazerem chegar a bom termo.

Segundo os dados de que actualmente podemos dispor, a finalidade primeira consistia na conquista da Região Militar de Lisboa para o que era

necessário evitar o comando de Vasco Lourenço. A inconveniência de Vasco Lourenço assumir o comando da RML resultava da sua adesão ao "grupo dos nove", apesar de Otelo e outros não se cansarem de o considerar revolucionário, mas um re-

volucionário que era necessário manter na praateleira para não ser queimado na voragem da Revolução, como se exprimiu o ex-comandante do Copcon. Resultava a inconveniência ainda das declarações de Vasco Lourenço, quando dizia que sabia perfeitamente que ia sofrer contestações à sua pessoa, dando a entender, claramente, que, no caso de ser comandante, comandaria mesmo. Para isso iria proceder a substituições de maneira a que lhe fosse possível restaurar o comando hierárquico, fortemente abalado na RML, em segundo lugar, pretendiam os rebeldes correr com o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Moraes e Silva e com o comandante da 1.ª Região Aérea, General Pinho Freire. Desta segunda alínea faria evidentemente parte a anulação por saneamento lógico de todos os oficiais paraquedistas que haviam saído da Base Escola de Tancos, bem como todos aqueles que com eles se haviam solidarizado.

Em terceiro lugar: embora se não encarasse já a substituição do Presidente da República, devido à convicção de que

Gosta Gomes, uma vez resolvida a equação das forças a favor dos revol-

uções, viria a aderir à sua linha política, punha-se a hipótese de o substituir em caso extremo. Esta hipótese, porém, não era enveredada com demasiada rapidez e a prova está no

facto de nas manifestações públicas que procederam o dia 25 de Novembro, as forças militares participantes terem qualificado inteira confiança no General Costa Gomes como Presidente da República, enquanto a rejeitavam a Pinheiro de Azevedo.

Do plano fazia parte a conquista do Presidente da República para a sua causa.

Em quarto lugar: como fundamento do êxito da operação aparecia o

comando Otelo Saraiva de Carvalho, que deveria ser o comandante de toda a operação. Para além do facto de a adesão de Otelo lhes grangearia, para as forças intervenientes sob uma certa liderança militar e uma linha de cabeça.



Foto do Conselho da Revolução do dia 3 em que foi demitido o comandante Almeida Correia

Facilidade aparente

Tudo isto parecia extremamente fácil a avaliar pelas análises triunfalistas que apresentavam os jornais que circulavam na órbita furo-pecepista com, por vezes, a UDP à mistura. Basta recordar aqui as frequentes insistências do PRP/BR ao martelar, desde há relativamente pouco tempo, que estavam criadas "neste momento em Portugal, condições objectivas para uma insurreição armada vitoriosa".

Por outro lado a leitura da situação política feita por alguns dos participantes nas cerimónias comemorativas da independência de Angola foi de tal optimismo que mais parecia que as forças de esquerda que representavam, estavam totalmente implantadas no país e bastava para tanto abanar a árvore. Deixaram ali a sensação de que não apenas o sexto governo estava só à espera de quem lhe fizesse o funeral, mas que o furo-pecepismo dominaria, em breve, o país.

Se nos é lícito neste ponto tirar uma conclusão, é para chamar a atenção do escasso trabalho de análise da nossa esquerda, daquela esquerda de emblema, pre-

ferindo confiar-se ao discurso comicheiro com os slogans mais revolucionários de forma a ultrapassarem-se uns aos outros. Ao seu serviço esteve uma imprensa triunfalista, de gabinete, sem cuidado em investigar a realidade que lhe passava debaixo do nariz. Apresentamos um exemplo: não sei se haverá entre os leitores alguém que se recorde da manifestação dos SUVs em Évora e do relato que fez a nossa imprensa. Estivemos lá e acompanhámos a manifestação desde que começou a nascer até ao fim.

A cidade de Évora assistiu quase indiferente e viu-a, de janelas fechadas, deslizar de quartel em quartel. Na praça do Giraldo, onde se aglomerou e decorreu o comércio, cabia quase o dobro das pessoas. Mas podemos não dizer o dobro: fiquemos-nos por um terço. Pelos nossos cálculos, cinco mil pessoas já é exagero. Em Évora devem saber quantas pessoas leva a praça e, por isso, estamos dispostos a que nos corrijam.

Tivemos tempo de contar os soldados fardados: dizer quinhentos é pecar por excesso brutal, mas admi-

tamos que estavam ali quinhentos.

No dia seguinte, os jornais afectos aos SUVs punham a coisa em termos de Évora ter aderido com entusiasmo e os poucos que não tinham, aderido haverem ficado de boca aberta perante a imponência quantitativa da manifestação. O "Diário de Lisboa", então, cantava a coisa em termos épicos e falava em 28 mil pessoas e cinco mil soldados! Se não tivéssemos estado ali, ficaríamos absolutamente convencido que os SUVs tinham conquistado aquela Região Militar e que o povo os aplaudia. Aquela esquerda "que só lê os jornais que foram catalogados no ficheiro" com rótulo de progressistas, deveria ter ficado entusiasmada e teria feito os seus planos a partir de tais textos. Mas como se pode ver pelo que acima ficou escrito, foi-lhes oferecida uma realidade falsa. Talvez o repórter em questão tivesse modo de não ser considerado suficientemente à esquerda e daí o exagero e daí o mau serviço que prestou a essa esquerda que, agora, deve ter aprendido a lição.

Jogar Com Costa Gomes

Na linha das primeiras intenções dos rebeldes que conheciam a importância de se colocarem dentro da hierarquia, estava o desejo de ter a seu favor o Presidente Costa Gomes, também Chefe general do Estado Maior das Forças Armadas, o que desequilibraria, imediatamente, a situação para o seu lado.

Chegámos a esta conclusão depois de ouvirmos testemunhos em meios próximos dos agentes visíveis do pronunciamento e depois de os havermos conjugado com o que transparecendo de desabafos ou confissões de pessoas envolvidas ou contactadas. A adesão de Costa Gomes seria fundamental.

Encarregou-se ou foi encarregado deste ponto o ex-major Costa Martins, ex-ministro do Trabalho, que surge, segundo os dados que até este momento temos ao nosso dispor, como o principal coordenador da manobra a nível da Força Aérea. Contra Costa Martins, como é do domínio público, foi passado mandando de captura, desconhecendo-se, à hora a que estamos a escrever, o seu paradeiro. Pessoa amiga confiou-nos que ainda há dias havia sido visto no Norte do país, onde teria consultado um seu amigo advogado, filiado no PPD. Não garantimos, porém, a informação.

Costa Martins estava bem credenciado para desempenhar tal papel,

quer da parte do Presidente da República, devido à sua entrada fácil em Belém, quer da parte dos sargentos da Força Aérea, em cuja Comissão Coordenadora, a linha gonçalvo-cunhalista era de forte implantação.

Quando ministro do Trabalho, cedeu-lhes um gabinete nas dependências do seu ministério. Gozava ainda das boas graças dos paraquedistas de Tancos que se haviam colocado fora do comando hierárquico, oferecendo-se à dependência do Copcon, tendo sido um dos oficiais que acompanhou o que havia de ser escolhido para comandante interino da base, depois da saída dos 123, o major Pessoa (também com mandato de captura) juntamente com os paraquedistas desobedientes ao Forte do Alto do Duque à presença do general Otelio Saraiva de Carvalho.

Junto dos trabalhadores afectos à linha furo-pecepista era Costa Martins o seu ministro do Trabalho. Vimo-lo, por exemplo, no Terreiro do Paço ser catapultado pelas palavras de José Viana, elemento do PCP, que se vinha destacando na eficiência com que conduzia, ao microfone, as manifestações "unitárias".

Que tinha sido obrigado a estar ali presente, compelido pelos trabalhadores que o apanharam quando passava tranquilamente na rua.

Vinha, assim, Costa Martins desempenhando figura de ponta na esquerda militar ligada ao PCP, depois de ter seguido a sua política quando ministro do Trabalho.

Costa Martins chegou a julgar, na manhã do 25, que o Presidente da República estaria do seu lado e, por isso, se afoitou a avançar propostas de entendimento político para uma eventual plataforma que pensava viria a ser coroada de êxito.

Logo, pela manhã, conseguiu entrar em Belém e dialogar com o Presidente. O resto do dia passou-o num vai-vem entre o S.D.C.I. em consultas com o ex-conselheiro da Revolução, major Pereira Pinto (também com mandato de captura) e o Comando da 1.ª Região Aérea, onde já se encontrava prisioneiro o general

Pinho Freire. O S.D.C.I., agora extinto e — a ser integrado no Estado Maior General das Forças Armadas, funcionava, no momento, como o centro político de toda a manobra, havendo mesmo quem diga que foi um dos seus laboratórios em território nacional. O seu director, comandante Almada Contreiras, autor de um célebre projecto em que o S.D.C.I. era praticamente transformado num estado dentro de outro estado com atribuições no capítulo da investigação que ultrapasavam em requinte as da própria PIDE, embora

ao serviço de outros interesses no caso definidos como das classes trabalhadoras, embora a óptica para avaliar as classes trabalhadoras e respectivo prisma fosse, em tudo, igual à do PCP. O Comandante Almada Contreiras acaba de ser demitido do

Conselho da Revolução, certamente não só devido à sua actuação à frente do S.D.C.I. onde lhe é atribuída uma conduta marcadamente partidária, mas também por correr nos meios do CR, dos militares e do governo, que Almada Contreiras tudo havia tentado para fazer sair os fuzileiros, verberando-os, depois, asperamente, por o não haverem feito.

A propósito dos fuzileiros muito se especulou sobre o porem a respectiva operacionalidade ao serviço da intenciona. Segundo meios de dentro da unidade, a maioria recusar-se-ia, terminantemente, a disparar, e uma boa parte era de índole conservadora. Por outro lado, não foi Rosa Coutinho quem os impediu de saírem e tomarem parte no golpe. Foram eles mesmos que não estavam dispostos a matar, desempenhando, também, papel de certa importância, no caso, o comandante Gomes da Silva, o único homem da Armada que esteve ao leme dos comandos no quartel-general do contra-golpe que foi montado na Amadora (Regimento de Comandos).

Falta de análise

A falta de uma análise correcta da situação por parte das forças que, há muito, vinham preparando o golpe, além do que já dissemos sobre os Fuzileiros, provam-no muitos outros exemplos. Assim, na tarde do dia 25 quando Duran Clemente aparece nos ecrãs da televisão, Varela Gomes, então no Forte do Alto do Duque, não se conteve que não exclamasse: "Al valente, Manel, é assim mesmo".

Dinis de Almeida, por sua vez, também ali presente, garantiu a total inexpugnabilidade do RALIS, na linha, aliás, do que vinha divulgado, nessa tarde, no pecepista e na altura eufórico "Diário de Lisboa". Escrevia, entre outras coisas: "O esquema de segurança do Ralis estende-se até às proximidades do aeroporto da Portela, também com tanques, chalmites e unimogs armados de canhões. A opinião dos soldados encarregados destes diversos postos é de que toda a zona se

apresenta praticamente inexpugnável a qualquer ataque que venha a ser tentado por forças

terrestres. Ataques aéreos também não oferecem grandes possibilidades de sucesso".

Publicamos nesta página uma fotocópia dessa parte do Diário de Lisboa que, aliás, já saiu no nosso último número, sem indicação da fonte, o que tornou o texto incompreensível.

Os pobres paraquedistas que leram o "Diário de Lisboa" nessa tarde, devem-se ter sentido encorajados. No entanto, o chamado progressivismo do "Diário de Lisboa" leva-o a

tomar os seus desejos pela realidade e a oferecer aos seus leitores uma imagem errada da realidade. É a enganar. Esta será também

mais uma lição sobre o que é ou não é a imprensa progressista. Se aquela que tenta radiografar situações, se aquela se adapta à medida dos seus desejos

deixando "muito contentes" aqueles que assim as desejam. Mas a maioria dos nossos políticos ainda gosta que se lhes minta...e, por isso, favorece uma imprensa onde tinham mais

impacto os comunicados das comissões de moradores redigidos à pressa com elan revolucionário, que as investigações atentas que dão trabalho e exigem metodologia correcta.

A substituição do Presidente da República

Nuno Brederode Santos escreveu um artigo no "Jornal Novo" de análise política que se nos afigura correcta e cujos três primeiros parágrafos aqui vamos transcrever, até porque nos permite avançar, em termos de facto, um pouco para além do que escreve e em relação com a figura do Presidente da República de que já acima algo dissemos. Escreve Brederode Santos: "É cedo para sabermos ao certo o que foi o 25 de Novembro. Subsistem factos obscuros, depoimentos por recolher, envolvimento não apurados, intenções desconhecidas.

Na sua afinal comprovada fragilidade, o golpe terá sido apenas o reflexo do desespero de um aventureirismo esquerdista que se adivinhava, de dia para dia, mais e mais isolado, e à mercê da criação, por órgãos de imprensa a ele afectos, de um clima artificialmente insurreccional e de um universo místico de condições favoráveis? Terá sido a saída pelo martírio romântico, de uma via teoricamente bloqueada? Ou um ardiloso ajuste de contas entre aliados incómodos da véspera? Ou ainda a "europização" do PCP pela via do facto consumado, quando a persuasão provará já a sua ineficácia perante o triunfalismo das suas bases mais "festivas"? Provavel-

mente nenhuma destas interpretações poderá, por si só, explicar os factos e a verdade exigirá a combinação de várias, senão de todas elas.

Mas não é cedo para avaliarmos o que podis ter sido o 25 de Novembro. O seu triunfo não passaria da implantação, na zona Lisboa-Setúbal, de um abcesso revolucionário, que, não tendo qualquer possibilidade de dominar o país, teria ainda de desempenhar dois tristes papéis: o de ir atraíndo a si todas as energias sociais susceptíveis de alinharem na "comuna", para com ela ficarem no holocausto final, privando a esquerda do seu apoio para soluções viáveis; e o de reprimir violentamente as oposições e hesitações que, necessariamente, se levantariam no seu seio, vacinando, assim, toda a população menos politizada deste país contra a própria ideia socialista. Enfim, caíria ou por estrangulamento económico, político e militar, ou na sequência de uma guerra civil em que teria de defrontar-se com todo o restante país, limitado, como está, a ponte, por um mar que não é o de Azov, mas o Atlântico e, a nascente, por uma fronteira que é a espanhola e não a do Azerbaijão".

Embora a teoria do abcesso revolucionário seja,

a nosso ver o mais provável, há elementos, no entanto, que indicam, que os rebeldes visavam um pouco mais além. No caso de não obterem o assentimento do Chefe do Estado e seguros, como estavam da vitória, pensavam em substituir Costa Gomes, tendo sido aventado o nome do general Pinto Soares que recentemente se demitiu da Academia Militar.

A manobra que, inicialmente, se serviu da Força Aérea, jogou com a ingenuidade dos paraquedistas, "mais uma vez enganados como eles dizem" e onde a infiltração partidária havia criado condições favoráveis. No respeitante à Força Aérea o golpe visava a imediata substituição dos seus representantes no Conselho da Revolução bem como a demissão imediata de Moraes e Silva e Pinho Freire. Estes dois oficiais chegaram mesmo a ser demitidos na Televisão por um dos sargentos sublevados que "os exonerou dos respetivos cargos". O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea seria substituído pelo general Rangel de Lima que para o efeito chegou a ser contactado. O golpe que contava com aquilo que chamavam as "unidades da esquerda revolucionária", tinha como última finalidade, a mais longo prazo, a imposição de uma ditadura militar.

Continuará pág. 14

Proclamação de Oteló

Uma esquerda com análises festivas percipitou um golpe sem possibilidades de êxito

Desorientação por falta de hierarquia

Para além de outros factores que, a seu tempo virão a público a desorientação entre os "golpistas" resultou em primeiro lugar da atitude assumida pelo Presidente da República que actuou, também, na sua qualidade de Chefe General Das Forças Armadas, colocando-os, sem margem para dúvidas, fora de

qualquer hierarquia militar, aplicando-se-lhe de imediato a categoria de desobedientes e rebeldes, o que para um soldado é por demais importante, atendendo à sua indiossincrasia específica. Para o soldado, por mais SUVs que lhe metam dentro, o obedecer ao Chefe é ainda uma segunda natureza.

Por outro lado, o não ha-

verem conseguido a adesão do general Oteló, apesar de todos os esforços feitos nesse sentido, somou ainda mais desorientação ao descontrolo que começava a existir. Oteló saiu do COPCON pelas 5 horas da manhã e foi dormir para casa, sendo, ao que consta, baldados todos os esforços para o fazerem aderir à intenção.

Um golpe de judo

Segundo um estudioso do "pronunciamento de Lisboa" a estratégia da manobra havia sido muito bem arquitetada. Admite a hipótese que haja sido congeminaada fora de Portugal. Por enquanto, não se lhe conhece um cérebro.

Pecou, porém, segundo o mesmo técnico, por falta de conhecimento da situação real das Unidades e bem assim da sua capacidade operativa o que permitiu a Jaime Neves impôr-se "com um golpe de judo".

O RALIS, por exemplo, era de acordo com os observadores mais atentos e até já vários haviam sido os jornais que o tinham escrito, mais uma Comissão de moradores do que um Quartel, onde aquilo que campeava era o exibicionismo de um folclore revolucionário de pouca consistência. Quanto aos Fuzileiros já acima ficou escrito.

A mobilização popular que entrava como peça essencial na estratégia de combate (em Tancos um porta-voz da comissão de luta gritava desesperado "onde está o poder popular?") falhou quase por completo. Porquê? Talvez porque as organizações que de tal se tinham encarregado, começaram a recetar o pior, para o que dever ter contribuído também como dissuasor o caso de

Rio Maior (que o AVANTE relega apressadamente para a categoria das provocações). No entanto, provocação ou não, é um dos fenômenos políticos a ter mais em conta no futuro para a equação das forças políticas em presença.

Ainda assim foram vários os Sindicatos que incitaram à luta, apesar de a maioria dos aderentes à linha FUR/pecepista se haverem sentido às cegas esperando orientações que não chegaram a vir. Dos elementos que, entretanto, agiram activamente é de salientar os relacionados com as betoneras que deviam boicotar Jaime Neves. Ao leme de uma delas, esteve um presidente de Sindicato.

Esqueceram-se, também, os analistas de esquadriñar a psicologia de muitos dos intervenientes no golpe. Curiosamente, Duran Clemente depois de lhe haver sido cortada a emissão na Televisão saiu precipitadamente dizendo: "nada quero com esse doído do Jaime Neves".

Também os estrategas do golpe desconheciam, com certeza, o plano defensivo que havia sido elaborado pelo "Grupo dos Nove" para o caso de uma manobra do género que começava a ser por demais evidente, que pululava por todos os lados.

Falhou, por conseguinte,



Desde os seis horas desta manhã, toda a zona de Sacavém, Olivais, Estoril e Moscavide não tem um minuto de momento difícil que a situação política não atravessa. As unidades militares da zona, o RALIS e o Destacamento de Guerra, os Batalhões, permanecendo firmes no caso de Vasco Lourenço como comandante do Regimento Militar de Lisboa, imediatamente acionaram os seus dispositivos de segurança colocando-se em oposição a Otelo Saraiva de Carvalho, tentasse fazer qualquer movimento de Conselho de Revolução. No RALIS, de logo se decidiu do C.R. foram conhecidas, as medidas de segurança foram activadas. E para evitar uma repetição do 11 de Março, o esquadrão armado com um canhão sem recuo. Na paragem, antes de mais o o adido principal, primeiro-se resolveu o caso "Chateaux". As discussões levadas à cabo, montadas há já alguns dias, permaneceram constantemente apontadas para o ar. Todas as tomas circunstanciais ao quartel foram recebidas com a facilidade de serviços de manobras e por descomentários anuais de "Buzardos". Manobras "Browning" foram iniciadas no caso de Foz de S. O reconhecimento por esta posição impeditiva é o mesmo utilizado em um outro "Unimog", detido de um canhão sem recuo, sem apontar apressadamente para a pista de rodagem, pronto e disparar assim que surti um primeiro possível operador vindo das linhas de Via Foz de S. O reconhecimento por esta posição impeditiva é o mesmo utilizado em um outro "Unimog", detido de um canhão sem recuo, sem apontar apressadamente para a pista de rodagem, pronto e disparar assim que surti um primeiro possível operador vindo das linhas de Via Foz de S. O reconhecimento por esta posição impeditiva é o mesmo utilizado em um outro "Unimog", detido de um canhão sem recuo, sem apontar apressadamente para a pista de rodagem, pronto e disparar assim que surti um primeiro possível operador vindo das linhas de Via Foz de S.

Um exemplo típico de análise festiva que induz em erro o leitor que acreditar no seu jornal e preste um mau serviço à esta que o «Diário de Lisboa» fez no dia 25, a última de uma longa cadeia da fase pécepista, agora interrompida

o Presidente da República, falhou o comando de Otelo, falhou a falta de coesão nas FA's, coesão essa que apressadamente julgavam ser um facto devido à acção dos SUVs. Na realidade, a implantação dos SUVs era escassíssima, embora a imprensa afecte lhe delicadas páginas épicas e desse a

entender que dominavam as Unidades. Falhou a movimentação popular, falharam os Fuzileiros e a operacionalidade dos revoltosos mostrou-se inoperante face à determinação das tropas fiéis do Governo.

O computador trabalhou bem, disse-nos o tal estudioso a que aludimos,

mas foram-lhe fornecidos dados errados. A prova está quanto ao erro desses dados, no triunfalismo dos meios da comunicação social dominados pelo PCP/FUR, que escreviam aquilo que os seus ams e senhores gostavam de ler e queriam que o povo acreditasse.